



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 04/11/2025

BREVES COMUNICAÇÕES

General Girão (PL - RN) - O Deputado criticou a gestão da Governadora do Rio Grande do Norte e o Governo Federal, apontando abandono nas áreas de infraestrutura, saúde e educação no Estado. Questionou a priorização da duplicação da BR-304 em detrimento da obra na Reta Tabajara, que está paralisada desde que o Presidente Lula assumiu e é considerada mais urgente, por ser um trecho mais perigoso e com obra já iniciada. Ainda, comparou a situação do Rio Grande do Norte com a dos Estados vizinhos, Paraíba e Ceará, e destacou o que o Estado tem o pior desempenho educacional do Brasil, segundo o Ideb. Por fim, abordou o momento sensível que o País está vivendo, em termos de segurança pública, com o crescimento das facções criminosas no País, e criticou a postura do Governo Federal por não classificá-las como organizações terroristas nem adotar punições mais rigorosas.

Delegado Paulo Bilynskyj (PL - SP) - O Deputado criticou o Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, encaminhado pelo Presidente Lula à Câmara dos Deputados, alegando que, embora apresentado como Projeto de Lei Antifacção, voltado ao combate ao crime organizado, o texto, na verdade, reduz penas para integrantes de organizações criminosas já condenados. Assinalou que a proposta permite a soltura de criminosos com o objetivo de garantir votos nas eleições de 2026. Além disso, denunciou que, enquanto o País discute esse projeto, e policiais no Rio de Janeiro combatem o crime de forma efetiva, e são injustamente criticados, o Presidente está na COP 30, no Pará, em um iate, sob proteção do Exército, após decretar GLO. Por fim, reiterou que a polícia apenas cumpre ordens judiciais, utilizando a força em legítima defesa quando atacada, e condenou a Esquerda por defender criminosos.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada desafiou os Parlamentares da extrema direita a visitarem o Complexo do Alemão e o Complexo da Penha, no Rio de Janeiro, para verificarem quem realmente controla os territórios, afirmando que a recente operação policial resultou apenas em mortes e dor, sem afetar a estrutura do Comando Vermelho. Denunciou a morte de jovens que não figuravam como suspeitos e criticou o Governador Cláudio Castro pela condução da operação e pela falta de políticas de desenvolvimento social, responsabilizando-o pela precariedade da segurança pública e pelo alto desemprego no Estado. Ademais, defendeu ações integradas da Polícia Federal como mais eficazes que confrontos armados, por gerarem resultados concretos sem agravar a violência nas comunidades do Rio de Janeiro. Além disso, alertou para os riscos de aprovação do PL Antiterrorismo (Projeto de Lei nº 2.680, de 2025), destacando que o projeto abre



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

instrumentos para que o imperialismo norte-americano intervenha no Brasil. Por fim, reiterou a necessidade de uma legislação voltada à segurança pública com respeito aos direitos humanos e à soberania nacional.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado, em referência à operação policial realizada no Rio de Janeiro, defendeu uma reflexão séria sobre a segurança pública, destacando a ausência histórica do Estado em comunidades como o Complexo do Alemão e da Penha, onde faltam políticas públicas essenciais, o que gera o aumento da criminalidade. Ademais, lembrou o Dia da Favela e a origem do termo, defendendo que o combate ao crime organizado deve envolver cooperação federativa, valorização das polícias e enfrentamento dos esquemas de tráfico em sua estrutura superior. Por fim, rejeitou a tipificação do narcotráfico como terrorismo (Projeto de Lei nº 2.680, de 2025), afirmando que essa estratégia pode justificar intervenções estrangeiras, já praticadas pelo governo dos Estados Unidos no Caribe e no Pacífico.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado registrou o lançamento do livro *Cultura é poder*, da Deputada Jandira Feghali, durante a Feira do Livro de Porto Alegre (RS), destacando a importância da obra em um contexto de negacionismo da extrema direita e de desvalorização da educação e da cultura. Além disso, enalteceu o papel da cultura como instrumento de soberania e memória histórica, parabenizou os organizadores da feira e incentivou a formação de uma cultura de leitura como forma de fortalecimento do pensamento crítico e da cidadania.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado parabenizou a Deputada Jandira Feghali pelo lançamento de seu livro *Cultura é poder*, durante a Feira do Livro de Porto Alegre. Além disso, destacou a importância da campanha Novembro Azul, voltada à prevenção do câncer de próstata. Enfatizou os avanços na saúde pública da Bahia sob os Governos Rui Costa e Jerônimo Rodrigues, com a construção de policlínicas e hospitais regionais, e defendeu o fortalecimento da atenção básica, a ampliação dos exames preventivos e a mobilização de gestores municipais e profissionais da saúde. Ademais, elogiou o trabalho do Ministro Padilha na promoção da prevenção. Por fim, registrou operação policial na Bahia que prendeu mais de 30 pessoas sem mortes, defendendo o respeito ao devido processo legal e reafirmando que o julgamento e a aplicação da pena cabem à Justiça, não a ações letais.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado relatou sua trajetória sindical e defendeu a redução da jornada de trabalho sem diminuição salarial, com foco no fim da escala 6 por 1 (Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2025), considerada prejudicial à saúde, ao convívio familiar e à qualidade de vida dos trabalhadores. Assinalou que a prática de trabalhar 6 dias com apenas 1 dia de descanso impede a participação em atividades comunitárias e religiosas e provoca exaustão. Ademais, destacou o movimento VAT (Vida Além do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

Trabalho), originado no Rio de Janeiro, como articulador da pauta, e afirmou que diversos países e empresas já adotaram modelos mais equilibrados, com resultados positivos em produtividade e bem-estar. Além disso, citou audiência pública realizada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, com participação de representantes empresariais, acadêmicos e sindicais, além da presença do Relator da Subcomissão sobre o tema na Comissão de Trabalho, Deputado Luiz Gastão. Por fim, enfatizou o interesse do Governo Federal e do Presidente Lula em aprovar a matéria ainda neste ano, reiterando a importância da mobilização social em torno da proposta.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado declarou exitosa a operação policial realizada no Estado do Rio de Janeiro, e destacou que, apesar das tentativas de desqualificá-la, a operação foi aprovada pela maioria da população. Relatou que a ação resultou na morte de 120 criminosos e na prisão de mais de 100, e lamentou a morte de quatro policiais. Ainda, destacou que os criminosos que enfrentaram a polícia sentiram o peso do Estado, e parabenizou o Governador Cláudio Castro pela operação. Além disso, acusou o Governo Federal de desviar verbas de áreas essenciais, como Polícia Federal, Ministério da Educação e INSS, para inflar o orçamento da Secretaria de Comunicação (Secom), a fim de promover campanhas publicitárias com fins eleitoreiros. Outrossim, criticou o uso indevido de recursos públicos com a contratação de influenciadores pelo Governo Federal para a produção de vídeos que visam a promoção de determinado espectro político e do Governo. Por fim, cobrou apuração dos fatos, sugeriu o envio de requerimentos de informação e a convocação do Ministro da Comunicação.

Luiz Couto (PT - PB) - O Deputado expressou preocupação com relatos vindos do loteamento Marina do Abiaí, em Pitimbu (PB), cuja comunidade informou que houve ações coercitivas por parte de agentes públicos, incluindo o cercamento da residência da presidenta da associação de moradores durante uma reunião e o desligamento do fornecimento de energia elétrica do loteamento, comprometendo também o acesso à água. Destacou que grande parte das famílias afetadas, muitas em situação de vulnerabilidade, residem no local há anos e construíram suas casas com recursos próprios. Ademais, defendeu o direito à moradia, à dignidade humana e aos serviços essenciais, e propôs cinco medidas: restabelecimento emergencial dos serviços; criação de mesa de diálogo com diversos órgãos e entidades; suspensão de medidas coercitivas; realização de perícia técnica sobre a situação fundiária e urbanística; e elaboração de plano de ação que contemple a inclusão de famílias em programas habitacionais e de urbanização e a proteção especial à população mais vulnerável. Por fim, afirmou sua disposição de acionar os órgãos competentes e acompanhar o caso de forma ativa.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

Ricardo Maia (MDB - BA) - O Deputado relatou sua participação na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS, em que foram reveladas fraudes praticadas contra aposentados, pensionistas e pescadores por meio de associações que atuaram em esquema criminoso. Ressaltou que os Presidentes da República não foram coniventes com os desvios, mas que o caso evidencia falhas graves no controle do INSS. Ademais, destacou a prisão, durante a CPMI, do presidente da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA), acusado de liderar o esquema fraudulento envolvendo o cadastro indevido de supostos pescadores para recebimento de benefícios e transferência para a sua associação. Além disso, ressaltou a seriedade da CPMI e informou que tem participado ativamente dos trabalhos, reiterando seu compromisso com a população da Bahia. Outrossim, saudou a realização do campeonato Intermunicipal de futebol em Tucano (BA), parabenizando as seleções de Castro Alves (BA) e Tucano pela participação. Por fim, demonstrou preocupação com a crise enfrentada pelos pequenos produtores de leite no Estado da Bahia e cobrou subsídios e políticas públicas por parte do Governo Federal, além de destacar a realização de audiência pública, com a participação da Frente Parlamentar do Leite, para debater soluções para os produtores de leite da Bahia.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado relatou sua atuação em prol do Município de Laranja da Terra (ES), destacando a autorização da terraplanagem para a construção do *campus* do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), resultado de articulações junto ao Governo Federal e ao Ministério da Educação. Ainda, mencionou a importância do empenho do Prefeito na cessão do terreno e celebrou o início das obras. Além disso, destacou sua participação na Festa Pommer Brood, evento cultural de Laranja da Terra que homenageia a comunidade pomerana. Ademais, comemorou a publicação do edital de licitação do Programa Caminhos do Campo, em Picadão (ES), com presença do Governador Renato Casagrande, e agradeceu pelas ações realizadas. Outrossim, anunciou o envio de emendas parlamentares que beneficiam Laranja da Terra em áreas como abastecimento de água, saúde, turismo e habitação, incluindo recursos para a construção de casas populares e para a reforma e ampliação do hospital local. Por fim, reafirmou seu compromisso municipalista e destacou a parceria com autoridades locais para promover melhorias concretas à população.

Zé Neto (PT - BA) - O Deputado elogiou a liderança do Governador da Bahia em investimentos públicos no País, destacando que o Estado superou São Paulo em volume de recursos aplicados em 2025, mesmo com orçamento significativamente menor. Atribuiu esse desempenho à qualidade da gestão fiscal, ressaltando o papel do Secretário de Finanças Manoel Vitório e a eficiência no controle e no uso do orçamento. Ademais, enfatizou que os investimentos se distribuem por áreas essenciais como infraestrutura, segurança pública e saúde, com destaque para a construção de 33 dos atuais 55 hospitais do Estado nos governos petistas desde 2006. Além disso, defendeu a valorização da atenção básica à saúde, propondo mais contratações e o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

fortalecimento da atuação dos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias. Por fim, defendeu a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 185, de 2024, do Senado, que regulamenta a aposentadoria especial da categoria.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado homenageou Popó, Presidente do Partido Novo no Município do Rio de Janeiro (RJ), elogiando sua atuação em prol do fortalecimento da política e da Direita tanto no Município quanto no Estado. Além disso, agradeceu a presença de seus assessores de comunicação e imprensa, Karoline e Bruno, destacando o papel deles na divulgação do mandato e na aproximação com os eleitores.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado elogiou o empenho do Governador Jerônimo Rodrigues na área da segurança pública da Bahia, destacando que o Estado vem promovendo investimentos e adotando uma abordagem equilibrada que vai além da repressão policial. Citou evento realizado no Centro de Operações e Inteligência que incluiu a entrega de novas viaturas para as Polícias Militar e Civil e contou com o discurso do Governador que defendeu que o Estado deve atuar como mediador, e não como agente de violência. Ademais, assinalou que o Governador ressaltou a importância da presença estatal nas comunidades com políticas públicas estruturais, e mencionou ações recentes de combate ao crime organizado, como a Operação Primus, voltada ao combate ao tráfico em Salvador (BA), que mirou a estrutura financeira da organização criminosa. Além disso, reconheceu que, embora haja avanços, a segurança pública ainda demanda melhorias significativas, e parabenizou o Governador pela gestão e pelo compromisso que vem demonstrando com as necessidades locais, inclusive do interior.

Marcon (PT - RS) - O Deputado anunciou a presença de uma comitiva do norte do Rio Grande do Sul no plenário, composta por representantes de Erechim (RS) e Aratiba (RS), que defendem o asfaltamento de um trecho de 68 quilômetros da Rodovia Transbrasiliana (BR-153), entre Erechim e Passo Fundo (RS). Afirmou que a obra é aguardada há 50 anos e é essencial para a promoção do desenvolvimento regional. Ademais, ressaltou a necessidade de aprovação de uma emenda de bancada para viabilizar a pavimentação e parabenizou os Vereadores Clairton Balen e Marcia Balen pela mobilização em defesa da demanda. Por fim, declarou apoio à emenda que permita o início da obra.

Luiz Couto (PT - PB) - O Deputado comentou o artigo “Labirinto Climático”, da jornalista Cristina Serra, publicado na revista *CartaCapital*. Destacou que, segundo o artigo, o Brasil vive uma contradição ao buscar protagonismo ambiental, especialmente com a proximidade da COP 30 em Belém, enquanto simultaneamente expande a exploração de petróleo, inclusive na Foz do Amazonas. Ademais, citou que a autora argumenta que tal postura compromete a transição ecológica e agrava os efeitos das mudanças



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

climáticas. Ainda, assinalou que a autora defende uma transição energética baseada em fontes renováveis, como vento, sol e biomassa, para que o Brasil se torne, de fato, um modelo de sustentabilidade, e não um petroestado. Outrossim, mencionou que o artigo relembra que Constituição garante a todos o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e impõe ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Por fim, ressaltou que o País deve escolher entre seguir firme na defesa da vida e do planeta ou, senão, será cúmplice de um colapso anunciado.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou o Presidente da República por ter decretado Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no Estado do Pará, para a proteção de autoridades e participantes da COP 30, a qual considerou esvaziada. Contrapôs essa atitude à crise de segurança pública que está sendo vivida no Rio de Janeiro, afirmando que o Presidente negligencia a violência urbana e prioriza uma vida de luxo com segurança pessoal e de sua comitiva. Por fim, expressou indignação com a incoerência e descaso presidencial.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado manifestou indignação com a decisão judicial que determinou a devolução de terrenos no polo industrial do Bairro Aeroporto, em Nova Venécia (ES), afetando 39 empresas locais que já haviam cumprido os trâmites legais, firmado compromissos e iniciado investimentos. Destacou que tais empresas, formadas majoritariamente por moradores da cidade, previam a geração de mais de 700 empregos. Ainda, criticou a motivação política da decisão judicial e apontou insegurança jurídica como entrave ao desenvolvimento do Município. Ademais, comparou a situação de Nova Venécia com a de outras cidades vizinhas que têm incentivado o setor produtivo, e apelou ao Poder Judiciário para que considere os impactos sociais e econômicos da medida, e não somente questões eleitorais e políticas. Por fim, reiterou seu apoio aos empresários e aos Vereadores locais e declarou que continuará atuando até a resolução do caso.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado abordou a crise de segurança pública no Rio de Janeiro (RJ), destacando a expansão do domínio de milícias e do tráfico em grande parte do território da cidade. Lamentou as mortes ocorridas nas recentes operações, homenageando os quatro policiais mortos e afirmando que os confrontos resultaram da escolha dos envolvidos com o crime. Defendeu também penas mais severas e criticou a glamorização da criminalidade. Cobrou ainda maior apoio do Governo Federal no combate ao tráfico e ao contrabando de armas, alertando que a falta de presença estatal e de políticas eficazes poderia levar o Rio de Janeiro a um cenário de guerra civil.

Delegado Marcelo Freitas (UNIÃO - MG) - O Deputado criticou o Governo Federal, afirmando que sua atuação favorecia criminosos e organizações que ameaçavam a segurança da população. Acusou ainda o Executivo de financiar uma “mídia massificada” com recursos públicos, o que distorcia o debate sobre



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

segurança. Citou também o Projeto de Lei Antifacção, encaminhado pelo Governo, que criaria um “crime organizado privilegiado” ao reduzir a pena mínima de três anos para um ano e oito meses, considerou a iniciativa inaceitável e garantiu que o Parlamento não permitiria sua aprovação.

Marcon (PT - RS) - O Deputado lamentou as mortes de quatro agentes de segurança durante a operação policial no Rio de Janeiro e afirmou que o episódio demonstrava falhas graves na condução da ação. Destacou que tanto policiais quanto civis mortos eram vítimas de uma operação mal planejada e criticou o Governo do Estado por não ter solicitado apoio do Governo Federal. Ademais, comparou a situação com uma operação da Polícia Federal em São Paulo, na qual traficantes foram presos sem mortes. Mencionou também os preparativos para a COP 30 no Pará e elogiou o diálogo do Presidente Lula com outros países. Ao final, abordou a política de valorização do leite, destacando o compromisso do Governo Federal com agricultores e produtores rurais.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado afirmou que 87% dos moradores de comunidades do Rio de Janeiro apoiaram a recente operação policial, citando pesquisa da Atlas divulgada na semana anterior. Relatou que a população está exausta da violência e da opressão imposta por milícias e traficantes, que controlam serviços e cobram taxas ilegais. Ressaltou ainda que a insegurança e a falta de presença do Estado afetam diretamente a vida dos moradores, que desejam proteção e liberdade. Por fim, destacou o crescente apoio popular ao Governador Cláudio Castro, refletido no aumento expressivo de seu engajamento nas redes sociais, e afirmou que a segurança pública deve ser tratada como prioridade nacional.

Paulo Magalhães (PSD - BA) - O Deputado destacou o atual cenário de crescimento e investimentos na Bahia, atribuindo os avanços à continuidade administrativa iniciada pelos ex-Governadores Jaques Wagner e Rui Costa, atual Ministro da Casa Civil. Elogiou o Governador Jerônimo Rodrigues, afirmando que sua gestão tem consolidado obras e políticas públicas em saúde, educação e infraestrutura. Por fim, declarou que a Bahia superou São Paulo em volume de investimentos e que o Governo estadual tem priorizado os que mais precisam. Ressaltou o orgulho do povo baiano pelos resultados alcançados e afirmou que o Estado vive um dos melhores momentos de sua história, marcado por progresso, estabilidade e compromisso social.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado criticou o Partido dos Trabalhadores, afirmando que a legenda e o Governo Federal demonstravam complacência com o crime organizado. Questionou a ausência de Senadores do PT na assinatura da CPI do Crime Organizado e acusou o Governo de tentar impedir a equiparação desse tipo de crime ao terrorismo. Também criticou o envio de tropas das Forças Armadas para a COP 30 no Pará, enquanto o Rio de Janeiro enfrentava grave crise de segurança. Acusou ainda integrantes do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

PT de atacarem a Polícia Militar, agirem em defesa de criminosos e, por fim, afirmou que o lobby do crime organizado teria influência política em Brasília.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado afirmou que a extrema direita havia sido derrotada politicamente, mas explorava a reação à violência para obter apoio. Acusou adversários de buscar a "cena do massacre" e vinculou a responsabilização pela insegurança a práticas de milícias e a aliados de Bolsonaro. Criticou também tentativas de equiparar crime organizado a terrorismo e defendeu a PEC da Segurança Pública como instrumento de integração entre forças e de ocupação do território. Citou experiências internacionais que reduziram mortes com políticas integradas e conclamou o Legislativo a priorizar educação, saúde e recursos para diminuir a criminalidade em vez de celebrar mortes.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado registrou a presença do Terceiro Sargento Nailton, Presidente da Associação de Militares do Estado do Rio Grande do Norte (AME-RN), a quem deu as boas-vindas. Destacou o trabalho de Nailton em defesa dos interesses da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado, ressaltando a dedicação e o compromisso dos profissionais dessas corporações com a proteção da sociedade. Enfatizou também a importância das entidades representativas na conquista de direitos da categoria e prestou continência aos policiais e bombeiros do Rio Grande do Norte.

Delegado Marcelo Freitas (UNIÃO - MG) - O Deputado criticou o que classificou como uma postura do Governo Federal de proteção a organizações criminosas e defendeu o avanço do Projeto de Lei nº 1.283, de 2025, que propõe equiparar facções como o Comando Vermelho e o PCC a organizações terroristas. Mencionou ainda ter participado da operação no Complexo do Alemão em 2010 e afirmou que ações letais são resultado da reação armada de criminosos. Argumentou também que o uso de *drones* e explosivos por facções configura terrorismo e condenou a convivência de setores do Parlamento e do Governo com o narcotráfico. Concluiu informando que a bancada do União Brasil votará favoravelmente à proposta na Comissão de Constituição e Justiça.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado destacou o trabalho do Governador Carlos Brandão na segurança pública do Maranhão, afirmando que o Estado tem obtido bons resultados no combate ao crime organizado graças ao planejamento e aos investimentos realizados. Afirmou que desde 2023 foram promovidos mais de 4 mil policiais, entregues 800 novas viaturas, reformadas 100 delegacias e ampliada a Patrulha Maria da Penha. Ressaltou também o uso de inteligência artificial no Centro de Inteligência da Segurança Pública, que permitiu apreender R\$ 100 milhões e prender mais de 2.800 membros de facções criminosas, elogiando a firmeza e a eficiência da gestão de Brandão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado celebrou os resultados positivos na redução do desmatamento no Brasil, destacando que, nos três primeiros anos do Governo Lula, o desmatamento na Amazônia caiu 50%, e do Cerrado registrou queda pelo segundo ano consecutivo. Ressaltou a importância desse bioma pela sua biodiversidade e papel na sustentabilidade agrícola, além da redução de 17% nas emissões de gases de efeito estufa em relação a 2024. Por fim, afirmou que o País está no caminho certo rumo à meta de eliminar o desmatamento ilegal até 2030 e deve aproveitar a COP 30 para mostrar seus avanços na transição energética e na agricultura sustentável, atraindo investimentos verdes e consolidando o Brasil como referência ambiental global.

Fausto Jr. (UNIÃO - AM) - O Deputado criticou a atuação do Ibama na Amazônia, acusando o órgão de cometer abusos contra produtores rurais, como a destruição de propriedades sob alegação de garimpo ilegal. Afirmou que agricultores e criadores de gado são tratados como criminosos e enfrentam dificuldades para obter licenças ambientais e regularização fundiária, o que impede o trabalho legalizado e aumenta a pobreza na região. Com isso, classificou a COP 30, que será realizada em Belém, como um possível “palco de hipocrisia”, caso ignore a realidade dos amazônidas que sofrem para sustentar a floresta. Por último, cobrou a pavimentação da BR-319, ressaltando que a falta de infraestrutura e apoio aos pequenos produtores inviabiliza o desenvolvimento digno da Amazônia.

Sanderson (PL - RS) - O Deputado elogiou a operação policial no Rio de Janeiro, chamada pela população de “Operação Faxina”, afirmando que ela representa uma ação esperada há anos e que precisa continuar em outros Estados. Atribuiu o crescimento do crime organizado à omissão de governos anteriores e, especialmente, à despenalização do consumo de drogas em 2006, durante o Governo Lula, o que, em sua visão, fortaleceu economicamente as facções. Criticou também o Governo Federal, dizendo que não há política de segurança pública efetiva e que a proposta de PEC da Segurança Pública, se estivesse em vigor, teria impedido a operação no Rio. Por fim, defendeu a autonomia dos Estados no combate ao crime e parabenizou as forças policiais pela atuação.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado convidou os conservadores do Rio Grande do Norte, especialmente do Alto Oeste, para o 2º Encontro dos Conservadores em Pau dos Ferros, que ocorrerá no sábado, 8 de novembro, a partir das 17h30. Informou que o evento contará com a presença de influenciadores e representantes da política local, como o Vereador Sargento Monteiro. Destacou que o povo nordestino, em especial o sertanejo, é conservador por convicção, defendendo valores contrários ao crime, às drogas e ao aborto.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado criticou as declarações de Parlamentares que afirmaram que o Governo Federal não teria propostas para a segurança pública, destacando que a PEC da Segurança Pública busca exatamente enfrentar o crime organizado com integração, inteligência e tecnologia, e não com violência. Condenou as ações de Governadores que manipulariam as polícias militares para promover massacres, como o ocorrido no Rio de Janeiro, e comparou a operação ao massacre do Carandiru. Defendeu também o uso de estratégias inteligentes, citando a Operação Carbono Oculto, que desarticulou o PCC e recuperou R\$ 3 bilhões, em contraste com o prejuízo de apenas R\$ 13 milhões causado ao Comando Vermelho na recente operação no Rio. Criticou ainda o que chamou de “necropolítica” e o uso eleitoral do medo e da insegurança, acusando Governadores bolsonaristas de corrupção e má gestão. Por fim, afirmou que o combate ao crime deve ser feito com planejamento, investimento social e inteligência, e não com execuções e políticas de morte.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado defendeu a recente operação policial no Rio de Janeiro, elogiando o Governador Cláudio Castro e afirmando que a ação, que resultou na morte de 117 criminosos, teve apoio da maioria da população das comunidades, segundo pesquisa Atlas. Criticou a Esquerda, especialmente o PT e o PSOL, acusando-os de defender criminosos. Destacou também sua origem humilde e trajetória pessoal como exemplo de que é possível escolher o caminho do bem. Por último, criticou a PEC da Segurança Pública e o projeto antifacção, enviados pelo Governo Federal, e defendeu, em contrapartida, o Projeto de Lei nº 2.646, de 2025, elaborado pela Comissão de Segurança Pública.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado fez um discurso em defesa do ex-Presidente Jair Bolsonaro, criticando o Ministro Alexandre de Moraes por manter Bolsonaro em prisão domiciliar. Afirmou ainda que o atual Presidente Lula é um “descondenado” e “ex-presidiário” e o responsabilizou por políticas que enfraquecem o combate ao crime. Criticou também a escolha do Senador Fabiano Contarato para presidir a CPI do Crime Organizado, afirmando que petistas não têm legitimidade para enfrentar o crime. Por fim, defendeu o uso de força policial contra criminosos, afirmando que não se deve “passar pano para bandido”, e elogiou o Governador Cláudio Castro pela operação no Rio de Janeiro.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado criticou o que chamou de “inversão de valores” no Brasil, afirmando que o Presidente Lula é um “ex-presidiário descondenado” e que o Ministro Alexandre de Moraes age como “imperador do Brasil”, extrapolando suas funções no Supremo Tribunal Federal. Denunciou a perseguição política a aliados do ex-Presidente Jair Bolsonaro, citando a prisão da Deputada Carla Zambelli na Itália, o exílio de Eduardo Bolsonaro e Allan dos Santos, e a detenção de Daniel Silveira, que classificou como injusta e motivada por “crime de opinião”. Defendeu ainda a aprovação de uma anistia ampla, geral e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

irrestrita para os chamados perseguidos políticos e acusou o Governo e o Judiciário de violarem direitos humanos e restringirem a liberdade de expressão. Concluiu dizendo que continuará lutando pela liberdade dos brasileiros e pela libertação de Bolsonaro, afirmando que “sem liberdade, não se vive plenamente”.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado contestou o processo legal contra o ex-Presidente que estaria injustamente preso há 92 dias, citando juristas e críticas internacionais às decisões de magistrados, e defendeu a votação próxima de uma anistia para libertar “injustiçados”. Além disso, saudou operações policiais que resultaram em mortes de suspeitos no Pará e em outros Estados, afirmou que o combate ao crime exigia mão firme e exaltou o Governador Cláudio Castro. Também criticou a esquerda por suposta conivência com criminosos e defendeu a aprovação de medidas que reforcem o enfrentamento às facções.

Afonso Motta (PDT - RS) - O Deputado destacou a presença de uma delegação do Município de Caiçara (RS), liderada pela Vereadora Josanete, que levou a Brasília demandas locais. Reafirmou seu compromisso com o Município e com a melhoria da qualidade de vida da população.

Nilton Tatto (PT - SP) - O Deputado celebrou a redução recorde do desmatamento na Amazônia e destacou o papel do Brasil na diminuição das emissões de gases de efeito estufa. Ressaltou que o País, ao presidir neste ano a Conferência do Clima da ONU, sediada em Belém (PA), demonstrou compromisso simbólico e concreto com a agenda ambiental. Informou que levar o evento ao coração da Amazônia reforçou a importância de ouvir as populações mais afetadas pelas mudanças climáticas. Lembrou que os eventos extremos, como enchentes e secas, atingiram, sobretudo, os mais vulneráveis, e defendeu que os países ricos ampliem o financiamento climático. Afirmou que o Brasil “fez a lição de casa” e que o enfrentamento da crise climática representa também uma oportunidade de desenvolvimento sustentável.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado criticou casos de corrupção relacionados às obras da COP 30, que será sediada em Belém do Pará. Afirmou que a Polícia Federal investigava fraudes em licitações, desvio e lavagem de dinheiro envolvendo contratos superfaturados, destacando que os recursos desviados poderiam ser destinados à saúde, educação e infraestrutura. Citou operações que resultaram em mandados de busca e afastamento de servidores públicos, mencionando investigações que atingiram o Governo do Pará. Criticou o que chamou de impunidade em crimes de colarinho branco e expressou desconfiança sobre a atuação do sistema de Justiça e de autoridades federais. Também questionou a condução de políticas públicas e a presença de figuras políticas em cargos estratégicos do Governo Federal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

Bebeto (PP - RJ) - O Deputado Bebeto registrou a visita do Prefeito Lauro, da cidade de Varre-Sai (RJ), e destacou o trabalho realizado no município, reconhecido como a capital estadual do café e uma das principais produtoras da região Noroeste Fluminense. Informou que destinou recursos para o desenvolvimento local e ressaltou a importância da parceria com a administração municipal. Também saudou a presença da primeira-dama Priscila, que acompanhou o Prefeito em visita ao gabinete do Deputado na Câmara dos Deputados, reforçando o compromisso conjunto com o fortalecimento de Varre-Sai (RJ).

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado destacou a expectativa em torno da construção da ponte Salvador-Itaparica (BA), considerada uma das maiores obras de infraestrutura do País, orçada em mais de R\$ 12 bilhões. Lembrou que o projeto, aguardado há mais de 15 anos, avançou após tratativas do Governador Jerônimo Rodrigues com grupos chineses. Informou que o Governo da Bahia criou a Seponte, secretaria responsável exclusivamente pelo empreendimento, e nomeou novos gestores para conduzir as ações. Informou que o início das obras foi previsto para 4 de junho de 2026, com prazo estimado de cinco anos para conclusão. Por fim, afirmou confiar no compromisso do Governo estadual para concretizar o antigo sonho de integração entre Salvador (BA) e Itaparica (BA).

Bebeto (PP - RJ) - O Deputado registrou a presença do Prefeito Nel, de Itaperuna (RJ), e de seu filho, destacando o trabalho realizado pela gestão municipal. Saudou também os Vereadores Jeffinho Enfermeiro e Magno Barbeiro, além de outras lideranças da cidade do Noroeste Fluminense. Ressaltou a parceria com o Prefeito e mencionou o envio de emendas parlamentares para apoiar ações em Itaperuna (RJ). Por fim, elogiou a trajetória de Nel, que já exerceu mandatos como Vereador antes de assumir a Prefeitura, e reafirmou o compromisso de colaborar com o desenvolvimento do município.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado criticou o decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) em Belém, no Pará, durante a preparação para a COP 30. Questionou o uso das Forças Armadas e de órgãos de segurança para proteção de autoridades no evento e afirmou que o foco deveria estar na segurança da população. Denunciou ações do Ibama em áreas rurais da Amazônia, relatando remoções e destruição de propriedades em municípios como São Félix do Xingu (PA) e Anapu (PA). Informou que produtores, garimpeiros e madeireiros estariam sendo perseguidos por políticas ambientais. Também criticou o Governo Federal e defendeu a regularização fundiária e o apoio a trabalhadores que vivem e produzem na região amazônica.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado criticou o processo movido pelo Partido dos Trabalhadores contra ele e outros quatro Parlamentares, após publicações nas redes sociais envolvendo o termo “partido dos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

traficantes”. Afirmou que a legenda utilizava a expressão contra o PL e reagiu replicando o termo ao PT. Citou reportagens que indicavam aproximação do Governo Federal com pessoas ligadas ao crime organizado e questionou a atuação do Ministério da Justiça. Também criticou o Executivo, afirmando que retira autonomia das forças estaduais. Cobrou ações efetivas do Governo no combate ao tráfico de drogas e às facções criminosas.

Bebeto (PP - RJ) - O Deputado lamentou os intensos tiroteios que voltaram a ocorrer na região do Trio de Ouro, no Município de São João de Meriti, no Rio de Janeiro. Relatou que a área, antes pacificada com a instalação de base da Polícia Militar, voltou a ser palco de disputas entre facções, afetando cerca de 980 famílias que vivem em constante medo. Lembrou que já foi alvo de ataque no local e agradeceu o apoio do Comando da Polícia Militar e do Governador Cláudio Castro nas ações de segurança. Também destacou sua atuação em obras de mobilidade urbana e saúde, citando a destinação de R\$ 38 milhões para melhorias em São João de Meriti (RJ), incluindo a construção de uma UPA infantil e de um hospital municipal.

Icaro de Valmir (PL - SE) - O Deputado registrou a presença de lideranças políticas de Sergipe, destacando o Deputado Estadual Neto Batalha, os Vereadores Daniel Azulão, Beto da Mata, Marcelo de Cícero e Murilo de Amirton, além da Prefeita Gabi e do Vice-Prefeito Christiano, do Município de Itabi (SE). Ressaltou o compromisso do grupo com o desenvolvimento da cidade e do Estado, afirmando que todos estavam em Brasília em busca de melhorias para a população sergipana. Agradeceu ao Presidente da sessão, Deputado Charles Fernandes, pela condução dos trabalhos e reafirmou sua disposição de continuar lutando por Sergipe e pelo Brasil.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado registrou a presença do Prefeito de Ponto Belo (ES), Marcos Coutinho, na Câmara dos Deputados, destacando seu trabalho à frente do município do norte capixaba. Ressaltou a parceria entre seu mandato e a gestão municipal, mencionando o envio de emendas para fortalecer a saúde pública local. Elogiou a atuação de Coutinho, que, após experiência como Secretário de Saúde, assumiu a Prefeitura e se destacou pela eficiência na administração. Reafirmou o compromisso de continuar destinando recursos e apoiando políticas públicas que beneficiem Ponto Belo (ES) e outras cidades do Espírito Santo, reforçando a importância da cooperação entre os gestores municipais e o Parlamento.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado criticou a operação policial no Rio de Janeiro, comparando-a a um “Carandiru ao ar livre”, e afirmou que o combate ao crime precisa ocorrer com inteligência e coordenação, não com ações espetaculares que resultem em mortes. Responsabilizou políticas de armamento da gestão Bolsonaro por fortalecerem o crime organizado e defendeu a integração entre Polícias Federal, Estaduais e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

ações municipais. Também acusou setores da Extrema Direita de usarem tragédias e operações policiais como instrumento de campanha política.

ORDEM DO DIA

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado elogiou a atuação do Governador do Rio de Janeiro nas operações nos complexos da Penha e do Alemão e afirmou que a ação elevou a sua aprovação popular. Criticou a continuidade da presença do crime organizado em territórios supostamente ocupados e lamentou a morte de policiais durante as operações. Questionou a efetividade das incursões, afirmou que líderes criminosos permaneceram foragidos e sugeriu que operações semelhantes fossem realizadas em outras comunidades, citando a Rocinha como exemplo. Também criticou a percepção pública de que mortes de policiais seriam tratadas como efeito colateral.

Lêda Borges (PSDB - GO) - A Deputada registrou a presença de Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás, representados pelo Presidente Joaquim Castro. Também agradeceu a presença de membros do Ministério Público e destacou a importância do trabalho realizado pelo Tribunal de Contas. Pediu apoio dos colegas à Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 2022, que altera o § 1º do art. 31 e o art. 75 da Constituição Federal para estabelecer os Tribunais de Contas como órgãos permanentes e essenciais ao controle externo da administração pública. Informou que o Tribunal em Goiás exerce função essencial de orientação e apoio aos Prefeitos, contribuindo para a boa gestão dos recursos públicos e para o desenvolvimento dos Municípios goianos.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de preferência da Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 2022, que altera o § 1º do art. 31 e o art. 75 da Constituição Federal para estabelecer os Tribunais de Contas como órgãos permanentes e essenciais ao controle externo da administração pública.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 2022, que altera o § 1º do art. 31 e o art. 75 da Constituição Federal para estabelecer os Tribunais de Contas como órgãos permanentes e essenciais ao controle externo da administração pública.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 2022, que altera o § 1º do art. 31 e o art. 75 da Constituição Federal para estabelecer os Tribunais de Contas como órgãos permanentes e essenciais ao controle externo da administração pública.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 2022, que altera o § 1º do art. 31 e o art. 75 da Constituição Federal para estabelecer os Tribunais de Contas como órgãos permanentes e essenciais ao controle externo da administração pública.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 2022, que altera o § 1º do art. 31 e o art. 75 da Constituição Federal para estabelecer os Tribunais de Contas como órgãos permanentes e essenciais ao controle externo da administração pública. Criticou a decisão do Governo Federal de empregar oito mil militares das Forças Armadas em uma Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no Estado do Pará, durante os preparativos para a COP 30. Afirmou que a medida teve como objetivo proteger aliados do Presidente Lula, enquanto o Rio de Janeiro (RJ) enfrentava grave crise de segurança e necessitava de apoio federal. Comparou a atuação do Governo em diferentes regiões do País e acusou o Presidente de priorizar interesses políticos em vez de combater o crime organizado, destacando a ausência de ação semelhante em áreas afetadas pela violência.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 2022, que altera o § 1º do art. 31 e o art. 75 da Constituição Federal para estabelecer os Tribunais de Contas como órgãos permanentes e essenciais ao controle externo da administração pública.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 2022, que altera o § 1º do art. 31 e o art. 75 da Constituição Federal para estabelecer os Tribunais de Contas como órgãos permanentes e essenciais ao controle externo da administração pública.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 2022, que altera o § 1º do art. 31 e o art. 75 da Constituição Federal para estabelecer os Tribunais de Contas como órgãos permanentes e essenciais ao controle externo da administração pública.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado prestou homenagem ao músico Lô Borges, que faleceu recentemente, destacando sua contribuição para a formação da identidade cultural brasileira. Lembrou a trajetória do artista, integrante do movimento Clube da Esquina, que marcou a música nacional desde a década de 1970. Ressaltou a sensibilidade e o legado de Lô Borges, citando versos de suas canções e propondo um minuto de silêncio em sua memória. Reconheceu o papel do compositor como símbolo da criatividade e da expressão artística do Brasil.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 2022, que altera o § 1º do art. 31 e o art. 75 da Constituição Federal para estabelecer os Tribunais de Contas como órgãos permanentes e essenciais ao controle externo da administração pública.

Lêda Borges (PSDB - GO) - A Deputada orientou a bancada na votação em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 2022, que altera o § 1º do art. 31 e o art. 75 da Constituição Federal para estabelecer os Tribunais de Contas como órgãos permanentes e essenciais ao controle externo da administração pública.

Acácio Favacho (MDB - AP) - O Deputado defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 2022, que altera o § 1º do art. 31 e o art. 75 da Constituição Federal para estabelecer os Tribunais de Contas como órgãos permanentes e essenciais ao controle externo da administração pública.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 2022, que altera o § 1º do art. 31 e o art. 75 da Constituição Federal para estabelecer os Tribunais de Contas como órgãos permanentes e essenciais ao controle externo da administração pública.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.750, de 2025, que altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União.

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.750, de 2025, que altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União.

Domingos Sávio (PL - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.750, de 2025, que altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.750, de 2025, que altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.750, de 2025, que altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.750, de 2025, que altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.750, de 2025, que altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União. Criticou o Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências. Afirmou que o recurso deveria ser destinado a áreas como saúde, educação e segurança pública, ressaltando que o País enfrenta desafios graves nesses setores. Fez um apelo aos colegas para que se opusessem à proposta, que considerou prejudicial ao interesse público e aos investimentos prioritários para a população.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.750, de 2025, que altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.750, de 2025, que altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União.

Rafael Prudente (MDB - DF) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 4.750, de 2025, que altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 4.750, de 2025, que altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 4.750, de 2025, que altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 4.750, de 2025, que altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 4.750, de 2025, que altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União.

Rafael Prudente (MDB - DF) - O Deputado proferiu parecer à emenda de Plenário oferecida ao Projeto de Lei nº 4.750, de 2025, que altera a Lei nº 11.416, de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado encaminhou a votação da emenda de Plenário oferecida ao Projeto de Lei nº 4.750, de 2025, que altera a Lei nº 11.416, de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União.

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado encaminhou a votação da emenda de Plenário oferecida ao Projeto de Lei nº 4.750, de 2025, que altera a Lei nº 11.416, de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União. Aproveitou para elogiar o Presidente Lula por enviar ao Congresso o Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) nº 30, de 2025, que altera o Anexo V à Lei nº 15.121, de 2025, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2025, prevendo reajuste para as forças de segurança do Distrito Federal. Também lembrou a aprovação do PLN nº 12, de 2025, que autoriza a contratação de novos policiais e bombeiros, como demonstração do compromisso do Governo com a segurança pública. Por fim, pediu ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), Deputado Paulo Azi, para pautar o Projeto de Lei nº 4, de 2024, que cria cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e dos Tribunais Regionais Eleitorais; lembrando que as eleições de 2026 exigirão tribunais estruturados.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 4.750, de 2025, que altera a Lei nº 11.416, de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

União. Em seguida, defendeu a rejeição do Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD).

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 4.750, de 2025, que altera a Lei nº 11.416, de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União.

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 4.750, de 2025, que altera a Lei nº 11.416, de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União. Na oportunidade, parabenizou os trabalhadores e suas entidades representativas, o Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo (Sintrajud) e a Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe) pela mobilização em defesa do fortalecimento do serviço público. Por fim, afirmou que a bancada continuará mobilizada contra qualquer tentativa de reforma administrativa que represente precarização do trabalho, perda de estabilidade e enfraquecimento dos serviços públicos.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 4.750, de 2025, que altera a Lei nº 11.416, de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 4.750, de 2025, que altera a Lei nº 11.416, de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União.

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 4.750, de 2025, que altera a Lei nº 11.416, de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 4.750, de 2025, que altera a Lei nº 11.416, de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União. Em seguida, aproveitou para criticar o Governo Lula, responsabilizando o Presidente pelo fortalecimento das facções criminosas no país, citando a sanção da Lei Antidrogas, que, em sua visão, despenalizou o porte de entorpecentes e enfraqueceu o combate ao tráfico. Argumentou que, desde então, as organizações criminosas cresceram e se tornaram verdadeiros grupos terroristas, atacando o Estado e a segurança pública.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 4.750, de 2025, que altera a Lei nº 11.416, de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União.

Alencar Santana (PT - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 4.750, de 2025, que altera a Lei nº 11.416, de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União. Na oportunidade, cumprimentou os dirigentes da Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe).

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 3.084, de 2025, que altera a Lei nº 11.416, de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 3.084, de 2025, que altera a Lei nº 11.416, de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União. Em seguida, lembrou que a reforma administrativa busca retirar direitos e precarizar o serviço público. Também fez um paralelo histórico, lembrando o passado de negação de direitos no Brasil e reforçando que a valorização dos servidores é essencial para consolidar a democracia. Por fim, defendeu a aprovação de projeto semelhante para os servidores do Ministério Público e parabenizou a Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe) pela mobilização e pela luta em defesa da categoria.

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado proferiu parecer às emendas de Plenário oferecidas ao Projeto de Lei nº 3.084, de 2025, que altera a Lei nº 11.416, de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 3.084, de 2025, que altera a Lei nº 11.416, de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União.

Pedro Campos (PSB - PE) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 3.935, de 2008, que acrescenta arts. 473-A a 473-C à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, para regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado agradeceu a visita do Prefeito Edilson Piaia, de Campo Novo do Parecis (MT), destacando o Município como um dos mais belos do Brasil e enviou cumprimentos à população local.

Tabata Amaral (PSB - SP) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 3.935, de 2008, que acrescenta arts. 473-A a 473-C à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, para regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 3.935, de 2008, que acrescenta arts. 473-A a 473-C à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, para regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal.

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado recordou ter instituído, em 2016, no Distrito Federal (DF), a licença-paternidade de 30 dias para servidores públicos. Defendeu a medida como valorização da família e destacou a importância da presença conjunta dos pais nos primeiros dias de vida da criança para seu desenvolvimento e para a redução de custos ao Sistema Único de Saúde (SUS). Ao final, parabenizou o Relator do Projeto de Lei nº 3.935, de 2008, que regula a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 3.935, de 2008, que acrescenta os arts. 473-A a 473-C à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal. Ademais, defendeu o fim da jornada de trabalho 6 por 1.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado condenou o Governo Lula por fraudar os dados de emprego no País, acusando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de manipular informações sob direção ideológica. Afirmou ainda que os próprios técnicos do IBGE apontaram as irregularidades e acusou o Presidente da República de priorizar interesses eleitorais em detrimento de um projeto de Governo. Ademais, repudiou as declarações de Lula sobre a operação policial no Rio de Janeiro (RJ), acusando-o de defender traficantes em vez da população. Ao final, condenou os gastos governamentais com publicidade e a manipulação do povo pelo Ministério das Comunicações.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 3.935, de 2008, que acrescenta os arts. 473-A a 473-C à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

de 1943, para regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 3.935, de 2008, que acrescenta os arts. 473-A a 473-C à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal. Além disso, homenageou seu pai.

Defensor Stélio Dener (REPUBLICANOS - RR) - O Deputado apoiou a aprovação do Projeto de Lei nº 3.935, de 2008, que acrescenta os arts. 473-A a 473-C à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal. Ademais, ressaltou que o debate sobre a licença-paternidade teve origem na Constituinte de 1988, quando o então Deputado Alcení Guerra defendeu o tema pela primeira vez. Além disso, parabenizou o Presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, os Líderes e o Deputado Pedro Campos pela inclusão do assunto na pauta e pela defesa da ampliação do benefício para até 30 dias. Ao final, sustentou que a medida fortalece a família e beneficia mães e crianças.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 3.935, de 2008, que acrescenta os arts. 473-A a 473-C à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal.

Geraldo Resende (PSDB - MS) - O Deputado defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 3.935, de 2008, que acrescenta os arts. 473-A a 473-C à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal. Ademais, parabenizou o pioneirismo do Deputado Constituinte Alcení Guerra em relação à licença-paternidade, e destacou a presença de sua filha, Ana Sofia, no Plenário da Casa. Ao final, ressaltou que o Projeto de Lei nº 2.915, de 2015, apensado, é de sua autoria e, como ginecologista e obstetra, defendeu a ampliação da licença-paternidade ao pai viúvo, diante da persistência de mortes maternas no País.

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 3.935, de 2008, que acrescenta os arts. 473-A a 473-C à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

Federal. Ademais, recordou que, em 2021, apresentou com o Deputado Glauber Braga, o Projeto de Lei nº 1.974, de 2021, sobre o instituto da Parentalidade, que prevê 180 dias de licença a dois cuidadores de referência. Além disso, destacou a importância do cuidado compartilhado e criticou a resistência de alguns Parlamentares à ampliação do benefício. Ao final, cumprimentou o Movimento Cuidado Compartilhado pela mobilização em favor da proposição.

Enfermeira Ana Paula (PODE - CE) - A Deputada saudou a presença, na Câmara dos Deputados, da Deputada Estadual Martinha Brandão e da técnica de enfermagem Isabel, do Hospital Regional Norte, de Sobral (CE). Ademais, informou sobre a realização de audiência pública na Comissão de Saúde para tratar da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 19, de 2024, que institui o piso salarial da enfermagem, cobrando posicionamento do Governo e do Senador Otto Alencar sobre a votação da proposição. Ao final, agradeceu o apoio do Deputado Hildo Rocha e convidou-o a participar do evento.

Delegada Katarina (PSD - SE) - A Deputada saudou a presença, na Câmara dos Deputados, da Prefeita Gabi, de Itabi (SE), do Deputado Estadual Neto Batalha, do Vice-Prefeito e de uma comitiva de Vereadores. Elogiou a gestão da Prefeita, destacando seu compromisso com a população mais carente, e manifestou seu apoio à administração municipal. Ao final, agradeceu a presença das autoridades sergipanas.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 3.935, de 2008, que acrescenta os arts. 473-A a 473-C à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal. Ademais, defendeu o Projeto de Lei nº 1.974, de 2021, de sua autoria juntamente com a Deputada Sâmia Bonfim, que dispõe sobre o instituto da Parentalidade em todo território nacional.

Alice Portugal (PCdoB - BA) - A Deputada apoiou a aprovação do Projeto de Lei nº 3.935, de 2008, que acrescenta os arts. 473-A a 473-C à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal. Defendeu ainda o período de 30 dias de licença, com ampliação gradual ao longo de 5 anos, e a comunicação antecipada do gozo do direito em 30 dias. Por fim, parabenizou o Relator, Deputado Pedro Campos, e a Bancada Feminina pelo avanço social que contribui para reduzir a dupla jornada imposta às mulheres.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado elogiou o mérito do Projeto de Lei nº 3.935, de 2008, que acrescenta os arts. 473-A a 473-C à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

maio de 1943, para regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal. Defendeu, contudo, que a prioridade das políticas públicas deve ser reduzir o número de recém-nascidos sem o nome do pai no registro de nascimento, ressaltando que, em 2023, 172 mil crianças, equivalentes a 8% dos nascidos no País, não tiveram o pai reconhecido.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 3.935, de 2008, que acrescenta os arts. 473-A a 473-C à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 3.935, de 2008, que acrescenta os arts. 473-A a 473-C à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal. Ademais, recordou projetos de lei de sua autoria concedendo um período de licença-paternidade mais amplo e defendeu o direito à paternagem. Além disso, sustentou a confiabilidade dos dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de seu corpo técnico, elogiando a queda da inflação e do desemprego e o aumento da expectativa de vida proporcionados pelo Governo Lula.

Lídice da Mata (PSB - BA) - A Deputada defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 3.935, de 2008, que acrescenta os arts. 473-A a 473-C à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal. Ademais, manifestou emoção ao rever o Deputado Constituinte Alceni Guerra, autor da proposta original da licença-paternidade de 5 dias, e elogiou o Relator, Deputado Pedro Campos, por sustentar a ampliação do benefício. Por fim, afirmou que a medida valoriza a família e estimula a paternidade responsável.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 3.935, de 2008, que acrescenta os arts. 473-A a 473-C à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal. Ademais, defendeu o acolhimento, pelo Relator, de emendas que tratam da compensação tributária às pequenas empresas e da reavaliação da política pública após três anos.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 3.935, de 2008, que acrescenta os arts. 473-A a 473-C à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

Federal. Ademais, ressaltou que a iniciativa da proposição foi da Senadora Patrícia Saboya e elogiou o relatório do Deputado Pedro Campos por atualizar o texto após 17 anos. Além disso, defendeu o Projeto de Lei nº 125, de 2011, de sua autoria, que prevê compensação tributária para micro e pequenas empresas no caso de licença-maternidade e declarou concordar com a adoção de medida semelhante para a licença-paternidade.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado criticou o Projeto de Lei nº 5.582, de 2025, do Governo Federal, que dispõe sobre o combate às organizações criminosas no País, por conter previsão de redução de pena em determinadas circunstâncias. Ademais, classificou as organizações criminosas como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho como terroristas e declarou que a proposição é prejudicial à segurança pública. Além disso, reprovou o caráter centralizador da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, que dispõe sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública. Por fim, condenou o Governo Federal por priorizar gastos com publicidade em vez de investimentos em segurança, bem como pela falta de efetivo da Polícia Federal e pela vulnerabilidade das fronteiras no Amazonas.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 3.935, de 2008, que acrescenta arts. 473-A a 473-C à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal.

Aliel Machado (PV - PR) - O Deputado agradeceu a presença, na Casa, do Prof. Miguel Sanches Neto, Reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, destacando sua relevância acadêmica e social. Ressaltou o reconhecimento internacional da instituição e o impacto dos projetos de extensão voltados à saúde e à comunidade da Região dos Campos Gerais, no Paraná. Mencionou ainda os convênios firmados com o Ministério da Saúde que garantiram obras importantes para Ponta Grossa (PR), enfatizando o orgulho do Paraná pela contribuição da universidade para o desenvolvimento local.

Duarte Jr. (PSB - MA) - O Deputado registrou a presença do Diretor de Atendimento do Procon do Maranhão, Dr. Ricardo Baldez, em Brasília (DF), para reunião com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) sobre práticas irregulares de instituições financeiras. Em seguida, destacou as denúncias apresentadas contra descontos ilegais e indevidos aplicados a consumidores maranhenses e elogiou o trabalho da Presidente Karen Barros e de sua equipe na defesa dos direitos do consumidor. Mencionou ainda o projeto Procon



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

Mirim, que promove educação financeira entre crianças, reforçando o compromisso do órgão com a cidadania e o respeito ao consumidor.

Gisela Simona (UNIÃO - MT) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 3.935, de 2008, que acrescenta arts. 473-A a 473-C à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal.

Lenir de Assis (PT - PR) - A Deputada defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 3.935, de 2008, sobre a ampliação da licença-paternidade. Afirmou que a proposta representava um direito das mulheres, das crianças e também dos pais, conforme previsto na Constituição Federal. Ademais, defendeu o prazo mínimo de 30 dias, destacando a importância da presença paterna nos primeiros momentos da vida do filho e no fortalecimento da família.

Any Ortiz (CIDADANIA - RS) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 3.935, de 2008, que acrescenta arts. 473-A a 473-C à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal.

Renildo Calheiros (PCdoB - PE) - O Deputado elogiou o consenso em torno do Projeto de Lei nº 3.935, de 2008, que amplia a licença-paternidade. Além disso, prestou homenagens à ex-Senadora Patrícia Saboya, autora da proposta, ao Deputado Pedro Campos, relator da matéria, e ao Presidente Hugo Motta, responsável por incluí-la na pauta. Também destacou a presença do ex-Deputado e ex-Ministro da Saúde Alcení Guerra, lembrando sua atuação marcante na Assembleia Nacional Constituinte e o discurso histórico que resultou na aprovação de importante dispositivo da Constituição Federal. Ressaltou ainda sua trajetória como médico, Parlamentar e Ministro, reconhecendo sua contribuição à saúde pública e à política brasileira.

Geovania de Sá (PSDB - SC) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 3.935, de 2008, que acrescenta arts. 473-A a 473-C à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal. Além disso, celebrou o centenário de emancipação político-administrativa de Criciúma (SC), destacando investimentos de cerca de 100 milhões de reais destinados ao Município em áreas como saúde, inovação, infraestrutura e assistência social. Ressaltou o desenvolvimento da cidade e homenageou seus cidadãos, o Prefeito Vaguinho e a Primeira-Dama Gisele.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado criticou a possibilidade de o Governo Federal indenizar famílias de traficantes mortos durante a megaoperação realizada no Rio de Janeiro. Ainda sobre o assunto, afirmou que, embora reconhecesse a necessidade de apurar e indenizar casos de inocentes atingidos, considerou inaceitável qualquer reparação a criminosos. Lembrou que a ação resultou na morte de quatro policiais e não alterou a realidade da violência nas comunidades da Penha e do Alemão. Ademais, enfatizou que o Estado não deve equiparar traficantes a trabalhadores e defendeu que o Congresso impeça qualquer iniciativa nesse sentido.

Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS - SP) - O Deputado relatou preocupação com o Pix parcelado, modalidade de crédito proposta pelo Banco Central. Alertou que o consumidor não teria clareza sobre taxas de juros e condições financeiras, o que poderia gerar endividamento. Também defendeu que a Câmara acompanhasse o tema e cobrou responsabilidade social na implementação da medida. Ao concluir, citou o pensamento de Henry Ford para reforçar que o consumidor, elo mais fraco das relações econômicas, não deve ser colocado em desvantagem frente às instituições financeiras.

Gustavo Gayer (PL - GO) - O Deputado afirmou que o Governo Federal e o Presidente Lula demonstraram descaso com as forças policiais e complacência com o crime organizado. Também criticou a ausência do Ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, em audiência na Câmara, classificando-a como crime de responsabilidade, e acusou o Governo de defender traficantes após operação policial no Rio de Janeiro. Além disso, sustentou que pesquisas mostraram apoio popular à atuação da polícia nas comunidades e defendeu classificar as facções criminosas como grupos terroristas. Ademais, criticou a proposta do Governo Federal sobre segurança pública, que reduziria penas e centralizaria poder no Executivo. Encerrou sugerindo investigação sobre suposta influência do narcotráfico em campanhas eleitorais.

Julio Lopes (PP - RJ) - O Deputado defendeu as forças policiais do Rio de Janeiro e criticou as declarações do Presidente Lula, que classificou a recente operação no Estado como uma “carnificina”. Além disso, afirmou que a ação representou um dos melhores trabalhos policiais das últimas décadas e destacou a gravidade da expansão territorial das milícias e do tráfico, que controlam cerca de 57% da capital fluminense. Também criticou a falta de apoio do Governo Federal e a possibilidade de indenização a criminosos mortos, defendendo o uso coordenado das forças de segurança e a classificação das facções como organizações terroristas. Ao finalizar, reforçou que recuperar territórios dominados pelo crime é restabelecer a soberania nacional.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

Pedro Campos (PSB - PE) - O Deputado celebrou a aprovação do Projeto de Lei nº 3.935, de 2008, que amplia a licença-paternidade, classificando o dia como histórico para o Parlamento e para as famílias brasileiras. Destacou o simbolismo de a Câmara retomar o debate 37 anos após a Constituição prever o direito e ressaltou a construção coletiva que envolveu a Bancada Feminina e diversos Parlamentares de diferentes partidos. Ademais, agradeceu às Deputadas Tabata Amaral, Jack Rocha, Benedita da Silva, Chris Tonietto, Soraya Santos e Laura Carneiro, além dos Deputados Nikolas Ferreira, Dr. Zacharias Calil e Jorge Goetten. Como Relator da matéria, informou que o texto garantiu a ampliação gradual da licença para 20 dias até 2029, equiparando trabalhadores de diferentes regimes.

Tabata Amaral (PSB - SP) - A Deputada comemorou a aprovação do Projeto de Lei nº 3.935, de 2008, que ampliou a licença-paternidade, classificando o momento como uma conquista histórica e fruto de anos de luta coletiva. Ainda sobre o assunto, destacou o trabalho conjunto da Bancada Feminina e de diversos Deputados de diferentes partidos, mencionando Pedro Campos, Jack Rocha, Benedita da Silva, Laura Carneiro, Chris Tonietto e a Senadora Damares Alves. Também ressaltou que a medida fortaleceu as famílias, a primeira infância e a saúde mental, refletindo o compromisso do Parlamento com políticas que valorizam o cuidado e a corresponsabilidade parental. Por fim, agradeceu também à Coalizão Licença Paternidade — CoPai e à sociedade civil pelo engajamento na causa.

Nikolas Ferreira (PL - MG) - O Deputado elogiou o Deputado Pedro Campos, Relator do Projeto de Lei nº 3.935, de 2008, que ampliou a licença-paternidade, destacando que o tema é uma pauta suprapartidária, essencial para o fortalecimento das famílias brasileiras. Também relatou sua própria experiência como pai e enfatizou a importância da presença paterna nos primeiros dias de vida do bebê, tanto no apoio à mãe quanto na formação de vínculos familiares. Afirmou ainda que a valorização da família gera benefícios sociais e profissionais, pois pais mais presentes retornam ao trabalho com mais energia e propósito. Ao concluir, agradeceu às Deputadas e às equipes envolvidas na construção do projeto, ressaltando que ser um bom pai é tão importante quanto ser um bom profissional ou político.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada celebrou a aprovação do Projeto de Lei nº 3.935, de 2008, sobre a ampliação da licença-paternidade. Classificou o feito como um marco histórico e parabenizou o Relator Pedro Campos e os autores, entre eles as Deputadas Tabata Amaral e Laura Carneiro. Além disso, destacou que o avanço representa um passo importante na promoção da justiça e no fortalecimento das famílias brasileiras, garantindo aos pais e mães o suporte do Estado. Ressaltou ainda o papel do Governo Federal, mencionando o apoio das Ministras Márcia Lopes e Gleisi Hoffmann, do Vice-Presidente Geraldo Alckmin e do Presidente Lula,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

que têm atuado na consolidação de uma agenda de cuidado e ampliação de direitos. Por fim, defendeu que o próximo passo seja ampliar a licença para 30 dias.

Chris Tonietto (PL - RJ) - A Deputada defendeu a aprovação do Projeto de lei nº 3.935, de 2008, em discussão, voltado à valorização da família, destacando o caráter suprapartidário da pauta, que, segundo ela, unificou a Câmara dos Deputados da Esquerda à Direita. Elogiou o Relator Pedro Campos pela sensibilidade e pela abertura ao diálogo com todos os Parlamentares, ressaltando que a medida representa um investimento na presença paterna e no fortalecimento do núcleo familiar.

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada destacou a recepção pelo Relator de emenda de sua autoria ao Projeto de lei nº 3.935, de 2008, em discussão, que amplia em um terço o tempo da licença para pais de crianças com deficiência ou doenças raras. Agradeceu ao Relator pela sensibilidade em acolher a proposta, construída em parceria com o Movimento Cuidado Compartilhado e diversas entidades de mulheres e movimentos feministas.

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada ressaltou que o Projeto de lei nº 3.935, de 2008, em discussão, beneficia mães urbanas e rurais, lembrando as dificuldades enfrentadas por famílias em regiões marcadas pela ausência paterna. Também afirmou que a nova lei representa um passo importante para o Brasil e reforça a corresponsabilidade dos pais nos cuidados com os filhos, especialmente em casos de maior vulnerabilidade materna.

Maria Arraes (SOLIDARIEDADE - PE) - A Deputada elogiou o Relator, Deputado Pedro Campos, pela dedicação ao Projeto de lei nº 3.935, de 2008, em discussão, que amplia a licença-paternidade, destacando a relevância da medida para as famílias brasileiras. Ressaltou que o projeto fortalece as mães, permitindo que retomem suas atividades com mais energia e segurança, e representa um avanço na valorização do papel paterno e na promoção do equilíbrio familiar.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada elogiou o trabalho do Relator, Deputado Pedro Campos, destacando sua capacidade de diálogo com os Líderes partidários, o Governo e sua preocupação com o equilíbrio fiscal e previdenciário. Também recordou que Projeto de lei nº 3.935, de 2008, foi discutido em um grupo de trabalho coordenado pela Deputada Benedita da Silva, com participação de Parlamentares como Tabata Amaral e Rosângela Moro, e que nasceu do desejo de ampliar a licença-paternidade para até 60 dias — objetivo ainda a ser alcançado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

Pedro Campos (PSB - PE) - O Deputado proferiu parecer às emendas de plenário apresentadas ao Projeto de lei nº 3.935, de 2008, que acrescenta arts. 473-A a 473-C à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal.

Domingos Sávio (PL - MG) - O Deputado registrou a presença da Vereadora Valéria, de Três Pontas, que visitou Brasília em busca de recursos para a Santa Casa do Município. Afirmou que continuará destinando emendas para fortalecer a saúde local.

Tabata Amaral (PSB - SP) - A Deputada encaminhou a votação do Projeto de lei nº 3.935, de 2008, que acrescenta arts. 473-A a 473-C à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal.

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada encaminhou a votação do Projeto de lei nº 3.935, de 2008, que acrescenta arts. 473-A a 473-C à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal.

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada encaminhou a votação da emenda de plenário nº 1 apresentada ao Projeto de lei nº 3.935, de 2008, que acrescenta arts. 473-A a 473-C à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada registrou que a maioria da Bancada Feminina e os partidos de centro-esquerda manifestaram apoio ao destaque apresentado pelo PSOL ao Projeto de lei nº 3.935, de 2008, em discussão. Afirmou que a ampliação da licença-paternidade para 30 dias representa o mínimo necessário para assegurar direitos e promover a corresponsabilidade no cuidado familiar. Concluiu destacando que a defesa dessa pauta continuará sendo prioridade nas próximas discussões da Câmara.

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente da Câmara destacou a aprovação do Projeto de lei nº 3.935, de 2008, que ampliou a licença-paternidade para até 20 dias como um avanço em defesa da família brasileira. Ressaltou o consenso construído entre as bancadas e elogiou o trabalho do Relator, Deputado Pedro Campos, e da Bancada Feminina, que teve papel decisivo na articulação. Também afirmou que a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

medida reforçou o compromisso da Câmara com a sociedade e simbolizou o combate a uma desigualdade histórica ao incentivar uma paternidade mais ativa. Por fim, enfatizou que a ampliação do prazo será gradual e com responsabilidade fiscal, reconhecendo o impacto positivo para pais, mães e crianças.

Maria Arraes (SOLIDARIEDADE - PE) - A Deputada encaminhou a votação da expressão "desde que comprovado o nexo com o parto" do § 8º do artigo 392, apresentado ao Projeto de lei nº 3.935, de 2008, que acrescenta arts. 473-A a 473-C à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação da expressão "desde que comprovado o nexo com o parto" do § 8º do artigo 392, apresentado ao Projeto de lei nº 3.935, de 2008, que acrescenta arts. 473-A a 473-C à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação da expressão "desde que comprovado o nexo com o parto" do § 8º do artigo 392, apresentado ao Projeto de lei nº 3.935, de 2008, que acrescenta arts. 473-A a 473-C à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal.

Tabata Amaral (PSB - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação da expressão "desde que comprovado o nexo com o parto" do § 8º do artigo 392, apresentado ao Projeto de lei nº 3.935, de 2008, que acrescenta arts. 473-A a 473-C à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada orientou a bancada na votação da expressão "desde que comprovado o nexo com o parto" do § 8º do artigo 392, apresentado ao Projeto de lei nº 3.935, de 2008, que acrescenta arts. 473-A a 473-C à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "desde que comprovado o nexo com o parto" do § 8º do artigo 392, apresentado ao Projeto de lei nº 3.935, de 2008, que acrescenta arts. 473-A a 473-C à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal.

Chris Tonietto (PL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação da expressão "desde que comprovado o nexo com o parto" do § 8º do artigo 392, apresentado ao Projeto de lei nº 3.935, de 2008, que acrescenta arts. 473-A a 473-C à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal.

Nikolas Ferreira (PL - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "desde que comprovado o nexo com o parto" do § 8º do artigo 392, apresentado ao Projeto de lei nº 3.935, de 2008, que acrescenta arts. 473-A a 473-C à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal.

Duarte Jr. (PSB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "desde que comprovado o nexo com o parto" do § 8º do artigo 392 do Projeto de Lei nº 3.935, de 2008, que acrescenta os arts. 473-A a 473-C à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada orientou a bancada na votação da expressão "desde que comprovado o nexo com o parto" do § 8º do artigo 392 do Projeto de Lei nº 3.935, de 2008, que acrescenta os arts. 473-A a 473-C à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada informou a retirada do Destaque de Bancada nº 2, apresentado ao Projeto de Lei nº 3.935, de 2008, após diálogo com a Deputada Laura Carneiro e reflexão sobre a prerrogativa do Parlamento de revisar leis a qualquer momento. Além disso, afirmou que reconheceu que submeter tal avaliação ao Poder Executivo poderia limitar a atuação legislativa e, por esse motivo, decidiu acatar o texto original do projeto em discussão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada agradeceu o Presidente por ter atendido ao pedido da Bancada Feminina de pautar o Projeto de Lei nº 3.935, de 2008, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para regulamentar a licença-paternidade. Enalteceu a atuação da bancada na Câmara dos Deputados, destacando a união suprapartidária em torno do projeto, voltado aos direitos das mulheres brasileiras. Por fim, mencionou nominalmente diversas Deputadas presentes no plenário e enfatizou o protagonismo feminino, a importância do diálogo e da participação parlamentar na construção de políticas públicas que beneficiem as famílias e a população feminina do País.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências. Fez um apelo aos Parlamentares para que, caso o projeto venha a ser aprovado, que seja também aprovado o destaque que destina os recursos arrecadados às forças de segurança pública, e não à emissora Rede Globo, a qual já recebe o maior montante da história de todos os Governos Federais. Ademais, criticou a gestão do Presidente Lula, acusando-a de beneficiar aliados ideológicos com recursos públicos e de proferir declarações graves sobre segurança pública defendendo criminosos e criticando a polícia do Rio de Janeiro. Por fim, exigiu respeito aos profissionais da segurança pública.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências. Além disso, protestou contra a tentativa do Presidente Lula de oferecer apoio financeiro às famílias de criminosos que morreram em operação policial no Rio de Janeiro, e questionou a ausência de políticas semelhantes em benefício das famílias de policiais que também morreram nessa operação. Ainda, destacou que houve mortes porque os agentes foram recebidos com violência, nas comunidades. Por fim, acusou o Governo Federal de defender bandidos em detrimento das forças de segurança, e expressou indignação, raiva e vergonha diante do desrespeito do Presidente aos profissionais da segurança pública.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

Pedro Lucas Fernandes (UNIÃO - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências. Além disso, registrou a formação do bloco parlamentar que reúne os partidos União Brasil, Progressistas (PP), Partido Social Democrático (PSD), Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Podemos e Cidadania, composto por 275 Deputados Federais.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências.

Ana Pimentel (PT - MG) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências.

André Figueiredo (PDT - CE) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências.

Chris Tonietto (PL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências. Além disso, enfatizou a gravidade da violência sofrida pelas forças policiais nas favelas, onde policiais têm sido mortos, alvos de ataques armados por parte do crime organizado. Por fim, informou ter solicitado à Procuradoria-Geral da República a investigação de Parlamentares que têm defendido, na Câmara dos Deputados, interesses dessas organizações criminosas, além de expressar indignação com o apoio do Presidente da República ao crime organizado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências.

Doutor Luizinho (PP - RJ) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências.

Elmano Férrer (PP - PI) - O Deputado assumiu seu mandato na Câmara com humildade e senso de dever, destacando sua disposição para trabalhar pelo Piauí, pelo Nordeste e pelo Brasil. Agradeceu ao povo piauiense, ao Senador Ciro Nogueira e ao Deputado Júlio Arcoverde pela confiança e oportunidade. Em seguida, anunciou foco em três projetos de impacto social e segurança pública: a ampliação da notificação de violência contra a mulher, a tipificação do homicídio de idoso como crime hediondo e a autorização de uso de veículos apreendidos por órgãos de segurança. Por fim, reafirmou seu compromisso ético e equilibrado com o desenvolvimento do Piauí e do País.

Gustavo Gayer (PL - GO) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências.

Coronel Meira (PL - PE) - O Deputado defendeu o Projeto de Lei nº 3.084, de 2025, que reformula os critérios e percentuais do adicional de qualificação dos servidores do Poder Judiciário da União, destacando os princípios de eficiência e economicidade na gestão pública. Afirmou que a proposta valoriza a meritocracia, premiando o servidor que aplica o conhecimento para melhorar o serviço público, sem gerar aumento de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

gastos. Ressaltou que o projeto estimula a capacitação contínua, reduz desperdícios, melhora a produtividade e otimiza o uso dos recursos públicos, promovendo um Estado mais técnico, responsável e comprometido com o cidadão.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências.

Coronel Meira (PL - PE) - O Deputado destacou a presença e representatividade dos servidores do Poder Judiciário da União, por meio da Associação Nacional dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais e da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União, ressaltando que o projeto debatido foi construído de forma colaborativa. Afirmou que o objetivo é reduzir custos, valorizar os servidores e garantir um serviço público de excelência ao cidadão brasileiro, agradecendo ao Presidente da sessão pela liderança e pela confiança na condução da proposta.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado expressou preocupação com o excesso de normas e proposições no Brasil, afirmando que o País vive uma turbulência legislativa que dificulta o aprofundamento e a análise responsável das matérias em tramitação. Destacou a necessidade de mais tempo para estudar projetos complexos, especialmente os que afetam a comunicação e a liberdade de expressão, lembrando sua atuação contrária ao Projeto de Lei nº 2.630, de 2020. Defendeu ainda o respeito às instituições sérias de comunicação e alertou contra iniciativas que possam restringir a liberdade ou prejudicar a transparência no debate público.

Ana Pimentel (PT - MG) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências.

Nikolas Ferreira (PL - MG) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de encerramento da discussão do Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão do Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências.

Ana Pimentel (PT - MG) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão do Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências.

Afonso Motta (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão do Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências.

Lídice da Mata (PSB - BA) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão do Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências.

Ricardo Galvão (REDE - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão do Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão do Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências.

Nikolas Ferreira (PL - MG) - O Deputado defendeu o direito de cada um expressar seu ponto de vista e criticou o tratamento dado às empresas de streaming, como Netflix, HBO, Disney+ e Amazon Prime, durante a discussão do Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, apontando que os consumidores brasileiros pagam por esses



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

serviços regularmente. Além disso, argumentou que o subsídio governamental à produção artística comprometeria a autonomia do artista, transformando-o em servidor público, e sugeriu que esses recursos poderiam ser mais bem utilizados em outras áreas, reafirmando a clareza e honestidade de sua posição.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada criticou a posição de colegas que apoiaram a taxação de 50% dos Estados Unidos sobre o Brasil e, de forma contraditória, atacam recursos destinados à cultura nacional e à indústria audiovisual brasileira, caracterizando tal atitude como síndrome de vira-lata. Reafirmou o orgulho na produção cinematográfica e audiovisual brasileira, destacando sua qualidade competitiva internacional e potencial de crescimento, além de ressaltar que a normatização do *streaming*, conforme Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, estabelece condições para aumentar investimentos na cultura e no audiovisual do País.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão do Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências. Além disso, levantou questão que considera grave relacionada ao respeito devido ao Legislativo pelo Ministro Alexandre de Moraes, mencionando que, na legislatura anterior, solicitação de audiência feita pela bancada de Mato Grosso e Pará sobre a construção da Ferrogrão foi negada pelo Ministro. Apontou como desprestígio o fato de a advogada do Comando Vermelho ser recebida pelo Ministro, conforme informação divulgada em portal de notícias, evidenciando critério discriminatório no atendimento de demandas.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão do Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências.

Kim Katagiri (UNIÃO - SP) - O Deputado registrou o julgamento, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), de criação do Partido Missão, do Movimento Brasil Livre, aprovado por unanimidade pelo tribunal, e anunciou sua atuação como primeiro Deputado Federal da legenda. Agradeceu ao advogado Arthur Rollo pela sustentação oral, aos militantes e coletores de assinaturas, bem como ao pré-candidato à Presidência da República Renan Santos, companheiro do movimento. Ressaltou ainda que se trata apenas do início do projeto, com previsão de candidaturas para Presidente, Governos Estaduais, Senado e Câmara dos Deputados no próximo ano, esperando liderar a bancada do partido Missão.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada afirmou que o Partido Liberal (PL) não defende a taxação do povo brasileiro, pois o PL historicamente combateu aumentos de impostos. Criticou o Governo Lula por implementar o 29º



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

aumento tributário, além de apontar perseguição a opositores e postura leniente com criminosos. Questionou a reação do Governo à *hashtag* "*PT Partido dos Traficantes*" nas redes sociais, citando declarações presidenciais sobre traficantes como vítimas de usuários e ações de autoridades em comunidades. Mencionou ainda denúncias do ex-agente da Venezuela, Carvajal, sobre financiamento venezuelano ao PT. Ademais, destacou apoio a produções como Brasil Paralelo, produção brasileira que está desconstruindo narrativas falaciosas da história brasileira, trazendo outra versão, outro olhar. Ressaltou também que 87% da população de favelas apoiou operação policial no Rio de Janeiro (RJ), evidenciando que setores populares não se identificam com a Esquerda. Por fim, afirmou que o povo brasileiro clama por paz, segurança e Governo de Direita em 2026, rejeitando novos impostos.

Doutor Luizinho (PP - RJ) - O Deputado proferiu parecer às Emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências.

Domingos Sávio (PL - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida ao Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida ao Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências.

André Figueiredo (PDT - CE) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida ao Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências.

Lídice da Mata (PSB - BA) - A Deputada orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida ao Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida ao Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida ao Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências.

Ana Pimentel (PT - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida ao Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida ao Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências.

Nikolas Ferreira (PL - MG) - O Deputado registrou a data de 4 de novembro de 2025 para que, quando as plataformas repassarem o valor aos consumidores, fosse lembrado o voto ao Projeto de Lei (PL) nº 8.889, de 2017, comparando a situação à taxa sobre compras internacionais, que supostamente incidiria sobre a empresa mas recaiu sobre o consumidor. Argumentou que o mercado não se altera por decisão administrativa, pois os legisladores ignoram princípios de oferta e demanda, e que a cota de 10% para filme brasileiro representa interferência estatal inadequada. Apontou ainda que as consequências do PL não podem ser ignoradas pela simples negação da realidade, deixando registrado que nova taxa será repassada ao consumidor pela intervenção do Estado até na interface dos aplicativos de televisão.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida ao Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, que dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências.

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente informou que catorze destaques foram apresentados ao Projeto de Lei (PL) nº 8.889, de 2017, e informou sobre a intenção de apreciar os destaques no dia seguinte, cancelando as Comissões e iniciando a sessão às 10 horas da manhã para análise dos destaques, pauta ambiental e climática, além de encaminhamento da votação sobre o Conanda. Ademais, reconheceu publicamente o trabalho realizado pela Deputada Jandira Feghali e pelo Deputado André Figueiredo junto à classe artística e às plataformas, bem como destacou a contribuição do Deputado Doutor Luizinho, Relator, na construção da convergência sobre o assunto. Considerou a aprovação do relatório do PL uma grande contribuição ao País, possibilitando melhor financiamento da classe artística, apoio a projetos nacionais e geração de emprego e renda no Brasil, ressaltando a votação com mais de trezentos votos como



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

demonstração da construção política da Casa. Informou ainda que não presidiria os trabalhos no dia seguinte por missão oficial previamente agendada e que participaria da abertura da COP com Chefes de Estado na quinta-feira, deixando a sessão sob condução do Deputado Altineu Côrtes ou outro membro da Mesa.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado informou que o Ministro Lewandowski foi convocado para comparecer à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN) e, pela terceira vez, faltou com o compromisso, tendo avisado apenas no dia anterior, contrariando a legislação que prevê dispensa apenas em caso de compromisso previamente agendado. Sugeriu ao Presidente da Câmara que o Ministro Lewandowski comparecesse a uma Comissão Geral para explicações, uma vez que não participa das convocações e será interpelado por crime de responsabilidade. Argumentou ainda que o Ministro não deve agir ao seu bel-prazer, ainda que seja Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), e que a Câmara dos Deputados deve demonstrar essa posição convocando-o a uma Comissão Geral para esclarecer sobre o caos na segurança pública no Brasil, assunto que seria abordado na CREDN.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado criticou declaração do Presidente da República, apontando histórico de pronunciamentos inadequados. Caracterizou como desastrosa a declaração presidencial sobre operação policial no Rio de Janeiro, na qual o Presidente referiu-se a "matança", quando policiais foram recebidos com bombas e balas, resultando em morte de quatro deles. Destacou que solidariedade aos policiais veio do Governo norte-americano, por meio de carta oficial, enquanto o Presidente Lula não demonstrou posicionamento semelhante, evidenciando desalinhamento com as forças de segurança que atuam no combate ao crime organizado.

BREVES COMUNICAÇÕES

Nikolas Ferreira (PL - MG) - O Deputado fez três apelos ao Presidente da Câmara. O primeiro apelo referiu-se ao Projeto de Decreto Legislativo nº 846, de 2025, solicitando derrubada da decisão do Governo Federal que afeta as Apaes, após tentativa frustrada de diálogo com o Ministro Camilo Santana. O segundo apelo relacionou-se à impossibilidade de participação em Comissão sobre o PL Antifacção (Projeto de Lei nº 5.582, de 2025) do qual é Relator, que enquadra organizações criminosas como terroristas, tendo transferido a relatoria ao Deputado Derrite em Plenário. Por último, apelou para que a anistia fosse pautada, considerando o clamor não apenas da base e da Oposição, mas também de filhos, mães e pais cujos familiares enfrentam condenações de 17 anos, situação que considera desproporcional, ressaltando que justiça fora de tempo é injustiça.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

Reinhold Stephanes (PSD - PR) - O Deputado lamentou a aprovação do Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, caracterizando a taxa de redes sociais e *streamings* como prejudicial ao País, e apontou que Globoplay foi beneficiada ao não estar sujeita ao novo tributo. Criticou a destinação de bilhões de reais para entidades do Governo Federal, questionando sua finalidade e argumentando que recursos serão utilizados para financiar audiovisual de apoiadores políticos e artistas alinhados ao PT, configurando, de fato, financiamento de propaganda governamental. Por fim, o orador expressou pesar pelo momento vivenciado pela nação.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado lamentou aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 8.889, de 2017, que considerou o novo imposto no Brasil, desta vez incidindo sobre *streamings*, caracterizando a medida como prejudicial ao País. Criticou a celebração da Esquerda pela aprovação do PL, afirmando que qualquer imposto aprovado na Casa é nocivo ao Brasil, comparando à taxa sobre compras internacionais que foi repassada aos consumidores. Argumentou que é prejudicial ao País aprovar impostos para financiar artistas que não desejam trabalhar e dependem de recursos públicos, evidenciando posicionamento contrário a políticas de subsídio à cultura mediante tributação.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado informou que utilizaria o tempo de Liderança. Além disso, afirmou que quantidade de droga encontrada no avião do Bolsonaro era superior à apreendida no Morro do Alemão.

Zucco (PL - RS) - O Deputado argumentou que policiais atuam contra criminosos armados e equipados, destacando o sacrifício dos operadores de segurança em prol da sociedade. Criticou o Presidente da República pela declaração relacionada à operação policial no Rio de Janeiro (RJ) e apresentou objeções à PEC da segurança (Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025), que concentraria poder na Polícia Federal sem efetivo suficiente. Reafirmou ainda o compromisso com o combate ao crime, a valorização dos órgãos de segurança e o posicionamento ao lado da segurança pública e da sociedade, além de defender que facções sejam consideradas terroristas. Por fim, homenageou os quatro policiais que tombaram em combate e os órgãos de segurança pública que atuam em defesa da sociedade brasileira.

Sargento Fahur (PSD - PR) - O Deputado mencionou a presença de um Parlamentar do Partido dos Trabalhadores (PT) na tribuna, abordando a cocaína em avião do Bolsonaro. Atribuiu a agitação do Parlamentar às perdas eleitorais no Rio de Janeiro.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado relatou visita ao Complexo da Penha no Rio de Janeiro (RJ), onde acompanhou o sofrimento das famílias. Informou que procurará as famílias dos quatro policiais falecidos para alertá-las sobre o direito de reivindicar reparação do Governo do Estado do Rio de Janeiro e afirmou que o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

Governador abandonará essas famílias sem oferecer indenização. Ressaltou que não hierarquiza dor e que as famílias dos policiais merecem solidariedade, porém destacou o sofrimento na comunidade da Penha e do Alemão, onde acompanhou a liberação de 121 corpos no Instituto Médico Legal, caracterizando o ocorrido como a maior chacina do País, superando os 111 mortos do Carandiru. Além disso, apontou que a extrema direita tentou mudar o discurso nacional, que era de avanço econômico e recuperação das relações internacionais como os Estados Unidos, desviando a atenção para segurança pública mediante a chacina. Enfatizou que o Brasil avançava no encerramento de tarifas quando a extrema direita alterou o discurso, levando mais de 120 pessoas a morte. Por fim, questionou como aqueles que patrocinaram a chacina encaram seus filhos e reafirmou que continuará designando o ocorrido como chacina, independentemente de pesquisas ou consenso.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado afirmou que as declarações do Presidente Lula foram irresponsáveis, desastrosas e desrespeitosas, apontando que o Presidente não saiu em defesa das quatro vítimas policiais assassinadas por criminosos na operação policial no Rio de Janeiro (RJ). Contestou a caracterização de "matança" feita pelo Presidente, argumentando que os policiais agiram legalmente em combate aos narcoterroristas. Além disso, apontou que determinação da Suprema Corte proibiu o uso de helicóptero e restringiu a atuação policial, deixando os policiais vulneráveis. Por fim, censurou o Presidente por defender criminosos em vez de policiais, qualificando tal postura como vergonhosa para a República.

Reinhold Stephanes (PSD - PR) - O Deputado lamentou as falas do Presidente Lula e de Parlamentar, criticando a defesa de criminosos e traficantes. Questionou como alguém poderia defender pessoas envolvidas no tráfico, tendo em vista o domínio do tráfico em comunidades inteiras que impedem pessoas de bem de viverem em paz. Censurou Deputado do Rio de Janeiro, afirmando ser uma vergonha para o Parlamento. Ademais, elogiou o Governador Cláudio Castro pela ação de segurança no Rio de Janeiro, reconhecendo o apoio popular demonstrado em missas e ruas. Além disso, apontou que o Brasil enfrenta situação similar em várias áreas dominadas pelo tráfico, afirmando que o enfrentamento é necessário. Criticou ainda o Presidente da República por chamar o Governador de "picareta" e por tratar traficantes como vítimas, defendendo endurecimento de penas com fim da progressão de regime e das saidinhas. Também questionou a atuação do Ministro Alexandre de Moraes ao tentar intimidar o Governador e mencionou processo no TSE para cassação do Governador. Por fim, reafirmou apoio ao Governador Cláudio Castro.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado questionou a atuação de Ministro da Suprema Corte no Estado do Rio de Janeiro, indagando fundamentação constitucional para intervenção. Criticou a marcação de audiência para cassar direitos políticos do Governador estadual, caracterizando-a como perseguição política.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

Apontou ainda que o Presidente da República faz oposição ao Governo do Estado ao se comportar dessa forma, evidenciando uso indevido das instituições por militantes para defender posicionamentos ideológicos. Por fim, ressaltou que as instituições devem servir para defender a sociedade e a Constituição, não para perseguições políticas.

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado criticou a postura do Governo Federal e do Partido dos Trabalhadores (PT) em relação à segurança pública, apontando incoerências nas políticas de indenização de vítimas de confrontos policiais. Ressaltou que, enquanto o Estado do Rio de Janeiro seria responsabilizado pelas indenizações às famílias de policiais falecidos, o Governo Federal buscaria indenizar famílias de traficantes. Ademais, questionou o PL Antifacção (Projeto de Lei nº 5.582, de 2025), afirmando que, apesar da narrativa de endurecimento contra facções criminosas, o texto reduziria penas de traficantes, exceto para líderes de organizações criminosas. Além disso, criticou a PEC da Segurança Pública (Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025) por concentrar o controle das polícias no Governo Federal. Por fim, declarou que o Governo carece de credibilidade para tratar de segurança pública, uma vez que privilegiaria criminosos em detrimento de cidadãos e trabalhadores, deixando o País sob domínio de facções.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado afirmou sua convicção humanitária, declarando que não permitiria que críticas de Parlamentares da extrema direita apagassem seus valores, fundamentados na fé cristã e no respeito aos marginalizados. Além disso, elogiou a apreciação do Projeto de Lei (PL) nº 3.935, de 2008, sobre licença-paternidade, ressaltando que tal medida já era realidade em alguns Municípios brasileiros, como em Conceição do Mato Dentro, em Minas Gerais, onde a Vereadora Ivete Otoni havia implementado a política. Destacou que a sintonia entre a Câmara Federal e as demandas do Brasil acelera o progresso legislativo. Enfatizou também a relevância da proteção familiar e do reconhecimento da paternidade como responsabilidade compartilhada entre pais e mães no cuidado com os filhos. Por fim, parabenizou a Câmara Federal, os autores do PL e a Vereadora Ivete Otoni pela iniciativa que amplia direitos relacionados à paternidade.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado reafirmou sua luta histórica em defesa dos aposentados, beneficiários do BPC e do Regime Geral de Previdência Social, destacando a diferença anual entre o aumento do salário mínimo e o reajuste dos aposentados. Apontou que, neste ano, enquanto o salário mínimo aumentará 7,75%, os aposentados que ganham acima do mínimo receberão apenas 4,77%, gerando diferença de quase três pontos percentuais que reduz o poder aquisitivo dos idosos. Informou que apresentou Projeto de Lei nº 5.653, de 2025, para que, a partir de 2026, todos os aumentos do salário mínimo sejam repassados integralmente aos aposentados, visando incentivar contribuições ao INSS com garantia de reposição salarial



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

na aposentadoria. Além disso, criticou o abandono dos aposentados durante a pandemia e a redução recente de seus direitos, ressaltando que esses trabalhadores construíram o País e merecem respeito. Por fim, fez apelo ao Governo Federal, aos Ministérios da Previdência Social, Economia e Casa Civil para que amparem os aposentados e repassem integralmente o aumento do salário mínimo, evitando que todos fiquem reduzidos ao piso salarial.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado fez cobrança pública aos Governadores de todos os Estados, em particular ao do Rio de Janeiro, para que melhorassem as condições de trabalho e os salários dos policiais. Ressaltou que, com exceção de três ou quatro Estados, os salários dos policiais são inadequados em todo o Brasil, comprometendo a efetividade de qualquer política de segurança pública. Apontou também que debates sobre segurança pública carecem de credibilidade quando não abordam a questão salarial dos profissionais, baseando-se em sua experiência ao defender a sociedade paraibana e acompanhar o tema no Congresso Nacional.

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado criticou a aprovação de novo imposto sobre empresas de *streaming* (Projeto de Lei nº 8.889, de 2017), caracterizando-a como retrocesso que afetaria o cidadão comum. Refutou o argumento de que essas empresas não pagavam impostos, apontando que operam regularizadas e contribuem na cadeia produtiva nacional. Contestou também a alegação de que o novo tributo não impactaria os custos operacionais, afirmando que aumentaria as mensalidades dos serviços. Além disso, questionou a obrigatoriedade de cotas de 20% para filmes nacionais, considerando que tal medida deveria resultar de investimento privado natural e não de imposição legal. Por fim, criticou a destinação da arrecadação a fundos para artistas que já recebem recursos da Lei Rouanet e Lei Aldir Blanc, apontando concentração de benefícios em grupos específicos ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT) e exclusão de outros setores culturais.

Sargento Portugal (PODE - RJ) - O Deputado abordou as operações de segurança pública no Rio de Janeiro, ressaltando que, embora a população apoie tais ações, é fundamental reconhecer os agentes que as executam. Assim, destacou a megaoperação realizada pela Polícia Militar e Polícia Civil, afirmando que, apesar do êxito inicial, revelou problemas estruturais nas UPPs, projeto que considera falido e sucateado. Relatou situação de desespero de policiais e suas famílias, evidenciando que, após a operação com 2.500 agentes, helicópteros e veículos blindados, dois policiais militares permaneceram de plantão na UPP, caracterizando abandono dos profissionais. Além disso, questionou a manutenção das UPPs e solicitou ao Governador que as extinguisse, realocando o efetivo para o asfalto, considerando as condições precárias, a escala de 24 por 72 horas e as gratificações insuficientes. Por fim, enfatizou a necessidade de cuidar dos operadores de segurança



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

pública, apontando que quatro mortes na operação e 61 assassinatos de agentes no ano justificariam o encerramento imediato das UPPs.

Rodolfo Nogueira (PL - MS) - O Deputado saudou a presença do Prefeito Henrique e Vice-Prefeito Nenê de Rio Negro, município no norte de Mato Grosso do Sul. Destacou o potencial econômico da cidade, impulsionado pela agricultura, pecuária, turismo e produção de soja, bem como pela maior cachoeira do Estado. Também mencionou a presença de Evaldo, Presidente da Câmara Municipal, reforçando parcerias institucionais.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado questionou críticas de Parlamentares de Esquerda sobre operação policial no Rio de Janeiro (RJ), caracterizada como chacina. Indagou quantas famílias foram prejudicadas pelos traficantes falecidos e quantas vítimas de drogas ainda lutam contra dependência causada pelo tráfico. Argumentou ainda que a polícia agiu em legítima defesa ao enfrentar resistência armada com armas de alto calibre, questionando se os policiais deveriam comparecer desarmados. Além disso, criticou a interferência do Ministro Alexandre de Moraes em assuntos de segurança estadual, considerando-a excessiva e injustificada. Por fim, elogiou a postura do Governador do Rio de Janeiro e denunciou a hipocrisia da Esquerda ao questionar operações policiais contra o crime organizado.

Sargento Portugal (PODE - RJ) - O Deputado, com base em sua experiência de sete anos na Polícia Civil do Rio de Janeiro, apresentou demandas da categoria em defesa dos policiais civis estaduais. Destacou a necessidade de construção de política de assistência à saúde para servidores e operadores de segurança pública, bem como esclarecimento sobre cronograma de recomposição salarial referente aos períodos de 2023, 2024 e 2025. Apontou ainda a importância de garantir correta incidência do triênio sobre vencimentos, padronização de uniformes com apoio institucional e cumprimento do Plano de Cargos, Carreiras e Salários com respeito aos interstícios e progressão funcional. Além disso, ressaltou que valorizar o servidor fortalece toda a estrutura de segurança pública. Por fim, informou que todas as demandas seriam formalmente encaminhadas ao Governador Cláudio Castro e ao Secretário da Polícia Civil, Felipe Cury.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado cobrou do Governo Lula o repasses de recursos destinados ao Estado da Paraíba, caracterizando o atraso no repasse como desserviço à sociedade brasileira e perseguição a Parlamentares de Oposição. Fez apelo à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) e aos Parlamentares do Congresso Nacional para incluírem dispositivo no Orçamento que estipulasse prazo até abril ou maio para liberação de recursos. Apontou ainda que, em novembro, os recursos já aprovados e constitucionais permaneciam atrasados, prejudicando o Estado da Paraíba. Além disso, criticou os Programas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

de Aceleração do Crescimento (PAC), ressaltando falta de resultados concretos. Por fim, denunciou que o Governo utiliza o atraso de emendas parlamentares como represália contra Parlamentares de Oposição, causando prejuízos à população paraibana.

Chris Tonietto (PL - RJ) - A Deputada abordou a megaoperação policial de 28 de novembro no Rio de Janeiro (RJ) contra facções criminosas, reconhecendo seu êxito apesar da morte de quatro policiais. Criticou o silêncio inicial do Presidente da República e sua posterior caracterização da operação como matança, ressaltando que os policiais sacrificaram-se em defesa da sociedade contra narcoterroristas. Fundamentada na doutrina católica, defendeu a legítima defesa social como necessária para restaurar a paz, argumentando que criminosos sofrem consequências de suas próprias escolhas, não sendo vítimas da sociedade. Além disso, apontou a falta de reajuste inflacionário e valorização dos policiais, sugerindo legislação à Alerj para que famílias de policiais falecidos recebam pensão integral baseada no último grau de carreira, independentemente do tempo de serviço. Por fim, expressou máximo respeito às forças de segurança estaduais e ao Governador, enfatizando necessidade de combater a expansão territorial de facções e a cultura da impunidade, e reiterou que operações como essa devem continuar com objetivo de prender criminosos.

Sargento Portugal (PODE - RJ) - O Presidente da sessão qualificou a operação policial no Rio de Janeiro (RJ) como a mais exitosa, ressaltando as perdas de quatro policiais, e enfatizou a necessidade de enfrentamento imediato ao crime organizado, evidenciado por homicídios subsequentes. Criticou falas do Presidente da República que desanimam e reafirmou apoio ao Governador Cláudio Castro, alinhado com a população fluminense. Apresentou ainda três pilares para valorização profissional: piso mínimo, programa de habitação e carga horária regulamentada para operadores de segurança pública. Além disso, defendeu o Projeto de Lei nº 5.466, de 2025, de sua autoria, que garante aos policiais falecidos pensão equivalente ao máximo da carreira, considerando-o gesto mínimo de retribuição. Criticou também interferências federais contrárias às operações estaduais. Por fim, reiterou que a população do Rio de Janeiro, em maioria esmagadora, apoia as operações policiais e solicitou que cidadãos apoiem Parlamentares e profissionais da segurança pública, oferecendo reconhecimento similar ao praticado nos Estados Unidos, e afirmou que o Estado buscará resolver a crise de segurança com ou sem auxílio federal, visando libertar a população do domínio do crime organizado que disputa territórios e controla serviços essenciais.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado criticou a solidariedade de Parlamentares de Esquerda com famílias de traficantes falecidos na operação policial do Rio de Janeiro (RJ), contrastando com a ausência de apoio às famílias dos 61 policiais mortos em 2025. Apontou que o Presidente da República caracterizou a operação como matança e condenou a polícia, enquanto o Governo norte-americano se solidarizou com os policiais,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

evidenciando desalinhamento ideológico. Destacou ainda que o Partido dos Trabalhadores (PT) historicamente defende bandidos, citando o caso do sequestro de Abílio Diniz, e que a Globo e personalidades como Luciano Huck também se solidarizaram com criminosos. Além disso, criticou Ministros do STF, especialmente Alexandre de Moraes, por receber representante do Comando Vermelho enquanto recusa Parlamentares, sugerindo cumplicidade com facções criminosas. Também questionou a falta de paridade eleitoral nos morros controlados por traficantes, solicitou investigação da PGR sobre possível bancada de facções no Congresso, e encerrou exortando jovens e policiais a compreenderem que a profissão carrega honra e moral.

Sargento Portugal (PODE - RJ) - O Deputado reafirmou compromisso com profissionais de segurança pública, ressaltando que piso salarial, habitação e regulamentação de carga horária não constituem favores, mas direitos essenciais. Apelou à população para continuar apoiando operações policiais no Rio de Janeiro (RJ) e aos Governadores para estabelecerem aliança com o Estado fluminense. Questionou a ausência de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no RJ enquanto o Pará a possui, e sugeriu ao Governador que emita notas de pesar, decreto três dias de luto por cada policial falecido e homenageie tombados com seus nomes em delegacias e batalhões. Além disso, defendeu pensão vitalícia para famílias de policiais falecidos equivalente ao salário integral até o final da vida, seguro de vida robusto sem necessidade de vaquinhas, e prêmio pela captura dos maiores traficantes do Rio de Janeiro. Por fim, citou frase do Deputado Estadual Sivuca sobre bandido morto, enfatizou proteção à população de bem aterrorizada pela violência, e solicitou ao Governador Cláudio Castro que invista em segurança, pague recomposição salarial devida e mantenha apoio constante aos policiais, não apenas em momentos de visibilidade.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado defendeu o direito de pais escolherem educação especializada para filhos com deficiência, criticando o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui Política Nacional de Educação Especial Inclusiva com objetivo de encerrar escolas e classes especiais. Questionou se o Governo ouviu mães e pais de crianças com deficiência severa que encontram nas APAEs atendimento especializado, multidisciplinar e seguro, livre de *bullying*. Apontou ainda que o decreto impõe modelo único de inclusão ao "depositar" crianças em escolas regulares sem estrutura adequada, causando regressão e isolamento. Além disso, manifestou apoio ao Projeto de Decreto Legislativo nº 846, de 2025, apresentado pelo Deputado Diego Garcia e relatado pelo Deputado Nikolas Ferreira, como ferramenta legal para sustar efeitos do decreto e proteger funcionamento das APAEs. Por fim, afirmou que verdadeira inclusão reside em oferecer opções, fortalecer APAEs e respeitar decisão parental, caracterizando o decreto governamental como exclusão do direito de escolha, atendimento especializado e dignidade.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado registrou aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2022, de autoria do Deputado Marcos Pereira, do qual foi relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Destacou que a proposição destina no mínimo 5% do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) para capacitação continuada de servidores administrativos e policiais penais, representando avanço na valorização desses profissionais. Ressaltou ainda que o parecer reconheceu constitucionalidade e mérito da proposta, aperfeiçoada por emendas que mantiveram foco na formação profissional sem comprometer finalidade do Funpen. Além disso, apontou que capacitação de servidores constitui medida estratégica para melhorar condições dos estabelecimentos penais, fortalecendo segurança e respeito aos direitos humanos e dignidade de pessoas privadas de liberdade. Por fim, agradeceu aos colegas Parlamentares, ao autor da proposta e aos servidores e policiais penais do Brasil, reconhecendo que a aprovação representa passo concreto para valorizar profissionais, modernizar política penitenciária nacional e fortalecer instituições de segurança pública.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado elogiou visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à comunidade do Jamaraquá, na Floresta Nacional do Tapajós, no Pará, caracterizando-a como gesto de grandeza política e sensibilidade humana. Destacou que o encontro representou reconciliação entre Brasil urbano e Brasil profundo, reconhecendo floresta em pé como projeto de civilização. Ressaltou ainda que a visita ocorre às vésperas da COP 30 (Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025) a ser sediada em Belém (PA), marcando novo protagonismo brasileiro no debate global sobre futuro do planeta. Além disso, apontou que afirmação presidencial sobre necessidade de olhar Amazônia com devida atenção devolve dignidade a povos que a sustentam há séculos, integrando justiça social e equilíbrio ambiental. Reafirmou que Amazônia constitui laboratório de bioeconomia e sociobiodiversidade, exemplificado pela comunidade do Jamaraquá com turismo de base comunitária e manejo sustentável, demonstrando que desenvolvimento e preservação podem caminhar juntos. Finalmente, expressou confiança de que COP 30 será marco histórico ao amplificar vozes de povos indígenas, ribeirinhos e mulheres amazônicas, posicionando Brasil como consciência moral e exemplo de coragem política na governança climática e justiça ambiental.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado criticou resposta do Governo Federal à Operação Contenção realizada em 28 de outubro nos complexos da Penha e do Alemão, Rio de Janeiro. Caracterizou a operação policial como batalha necessária contra crime organizado. Apontou que 121 mortos incluíram quatro policiais heróis e 117 criminosos com ficha extensa e mandados em aberto, ressaltando aprovação de 55% da população nacional conforme pesquisa AtlasIntel. Criticou também posicionamento presidencial que caracteriza traficantes como vítimas de usuários, contrastando com apoio do Governador Cláudio Castro à operação com 2.500 policiais. Destacou a burocracia federal que dificulta concessão de Garantia da Lei e da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 240.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 04/11/2025

Ordem (GLO), impedindo apoio das Forças Armadas, e questionou efetividade de políticas federais como "Município Mais Seguro" e "projetos-piloto" sem integração real com polícias estaduais. Apontou ainda que PEC da Segurança Pública (Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025), considerada tímida até por apoiadores, permanece paralisada na Câmara por falta de força política governamental, ressaltando que centralização da segurança na União não funciona, conforme alertado pelo relator Deputado Mendonça Filho. Finalmente, afirmou que 76% da população fluminense deseja atuação do Exército em segurança pública e 66% quer maior responsabilidade federal, argumentando que verdadeiras vítimas são moradores de comunidades sob domínio do tráfico e os quatro policiais mortos, e solicitou apoio irrestrito às polícias com equipamento, treinamento, salário digno e proteção jurídica, além de penas mais duras para criminosos de alta periculosidade e facilitação da GLO.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado abordou debate ocorrido na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do INSS sobre situação de criminosos que enriquecem com crime e utilizam recursos ilícitos para custear defesa jurídica. Ressaltou que criminosos financiam defesas com dinheiro obtido do sofrimento do povo, evidenciando contradição entre acúmulo de riqueza ilícita e acesso a direitos processuais. Por conseguinte, apontou necessidade de reflexão sobre mecanismos que permitam criminalidade financiar própria defesa enquanto vítimas carecem de recursos, demandando debate sobre confisco de bens ilícitos e limitação de recursos para defesa de criminosos condenados por crimes graves.

ENCERRAMENTO